

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

**Lideranças rurais e sua trajetória de atuação sindical e política em Minas Gerais
(1962-2000)**

TUANNY APARECIDA DE SOUZA

Belo Horizonte

2013

TUANNY APARECIDA DE SOUZA

**Lideranças rurais e sua trajetória de atuação sindical e política em Minas Gerais
(1962-2000)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação lato sensu do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, como requisito para a obtenção do título de especialista em História.

Linha de Pesquisa: História e Culturas Políticas

Orientador: Prof. Rodrigo Patto Sá Motta

Belo Horizonte

2013

O trabalho de conclusão de curso intitulado, Lideranças rurais e sua trajetória de atuação sindical e política em Minas Gerais (1962-2000), de autoria da aluna de especialização Tuanny Aparecida de Souza foi defendido e aprovado pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Rodrigo Patto Sá Motta (orientador)
UFMG

Juniele Rabêlo de Almeida
UFF

Miriam Hermeto de Sá Motta
UFMG

Belo Horizonte, 08 de março de 2013.

Resumo

O presente trabalho analisa de que forma surgiram as lideranças rurais em Minas Gerais e como se deu a atuação destas lideranças em meio ao movimento sindical. O trabalho conta com a colaboração de narradores que tem sua trajetória sindical entre os anos de 1962, ano de fundação do primeiro sindicato de Minas Gerais e o ano de 2000, ano da primeira Marcha das Margaridas, movimento de mulheres trabalhadoras rurais, considerado um divisor de águas na participação política das mulheres do campo. Ao longo do texto são abordados os contextos históricos em que estas lideranças estiveram inseridas bem como a história dos movimentos e grupos políticos nos quais atuaram, ou que influenciaram de alguma forma sua trajetória.

Palavras - chave

Lideranças rurais, sindicalismo, Minas Gerais, trabalhadores rurais

Sumário

RESUMO.....	03
INTRODUÇÃO	05
CAPÍTULO 1 – Origem do movimento sindical em Minas Gerais.....	09
1.1 - Trabalhadores rurais: agentes políticos.....	09
1.2 - As diversas bases de organização sindical.....	13
1.3 - Joaquim de Poté: de trabalhador rural a liderança sindical.....	17
CAPÍTULO 2 – Sindicalismo rural em Minas durante o Regime Militar.....	22
2.1- O retrocesso político: sindicalismo ou assistencialismo rural?.....	22
2.2- As marcas do regime nas lideranças rurais.....	26
CAPÍTULO 3 – Em fim liberdade sindical.....	31
3.1- Sindicalismo e políticas públicas.....	31
3.2- Movimentos das trabalhadoras rurais, vez e voz da mulher.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
ANEXOS.....	42
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS.....	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

Introdução

A metodologia historiográfica vem passando por variações desde Heródoto, e diferentes tradições se alternam, de maneira que em determinadas épocas os historiadores se preocupam em estudar o espaço do político, em outras épocas os historiadores se preocupam em estudar o espaço do econômico. Esse “vai e vem” das correntes historiográficas é positivo para a pesquisa histórica, se levarmos em consideração que o objetivo de cada uma das correntes que surgem são sempre o de propor uma pesquisa que se aproxime mais da construção do que foi o passado.

Nessa perspectiva de alternância entre níveis de importância, ocorreu que a história política ficou durante um período ofuscada pelas pesquisas no campo da história econômica, até que por volta da década de 1960 ela emerge com uma nova configuração na historiografia francesa promovida por René Rémond. Posteriormente, em 1990, nasceu também na França a cultura política¹, que leva em consideração a relação entre os fatores políticos e culturais.

Os historiadores entendem por cultura política um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade de grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político. Pode-se concebê-la como uma visão global do mundo e de sua evolução, do lugar que ai ocupa o homem e, também da própria natureza dos problemas relativos ao poder, visão que é partilhada por um grupo importante da sociedade de um dado país e num dado momento de sua história.²

Partindo deste conceito para nortear o trabalho, percebemos que as lutas que se estabelecem entre trabalhadores e fazendeiros, sindicato e Estado, tem características puramente pertencentes à culturas políticas de esquerda, contudo também observamos as aproximações entre a Igreja católica e ideias socialistas, que por sua vez não fazem parte da doutrina de esquerda que adota as noções de ateísmo acreditando na alienação pela fé, nesse momento assistimos à construção de uma tradição cultural que se vincula ao político e que a sociedade num dado momento passa a considerar um movimento natural das coisas, ou seja, em alguns grupos não se estranha um comunista católico ao passo que a esquerda mais tradicional não aceita esse tipo de relação.

¹ Para conhecer melhor os estudos sobre o conceito de Cultura Política, consultar “A história política e o conceito de cultura política” de Rodrigo Patto Sá Motta (1996).

² BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda; KNAUSS, Paulo; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 31.

O objetivo do presente trabalho é analisar a trajetória percorrida por lideranças sindicais rurais no estado de Minas entre os anos de 1962 e 2000, levando em consideração os aspectos culturais e políticos de sua atuação. Este é um período longo na história se formos levar em consideração a efervescência política e os importantes fatos que o marcaram, portanto, o estudo proposto será possível neste breve texto somente tendo em vista que ele pretende considerar e compreender o surgimento de lideranças sindicais entre os trabalhadores rurais, sem a pretensão de abordar a completa história dos movimentos sindicais.

Como nos alerta Thompson, em “A História vista de baixo”, a história do sindicalismo tem conseguido preencher muitas lacunas deixadas por pesquisadores presos apenas aos documentos de grandes congressos nacionais, novos historiadores tem se dedicado a analisar o movimento de uma forma mais regional e internalizada. O autor nos lembra ainda que não nos devemos deixar amarrar somente pela história quantitativa, levando sempre em consideração na pesquisa outras categorias de evidência, é o que pretendo neste trabalho.

Para que o objetivo seja alcançado e realmente esclareça o que se pretende é necessário passar pela formação dos sindicatos dos trabalhadores rurais, para então compreender de que maneira se dá a formação de suas lideranças no período anterior e durante o período do regime militar e tutela estatal, e posteriormente quando volta a liberdade sindical.

Em Minas Gerais, bem como em outros estados brasileiros ocorreu a formação dos sindicatos de maneiras distintas e de acordo com realidades sociais e regionais diversas. O apoio político e a influência de alguns grupos são analisados visto que desempenharam um papel importante nos rumos da organização sindical, é considerado, por exemplo, o vínculo desses sindicatos com as Ligas Camponesas de Francisco Julião, que

remontam ao período imediatamente posterior à redemocratização de 1945. Elas nasceram sob a iniciativa do e direção do recém-legalizado Partido Comunista e sob a forma de associações civis que permitiam a mobilização e a organização dos camponeses e trabalhadores rurais sob o amparo do código civil.³

Para melhor compreender a formação sindical rural utilizamos de obras que tratam da formação e do processo de evolução pelo qual passaram os sindicatos. Entres elas citamos “As ligas camponesas” de Fernando Antônio Azevedo e “Que são as Ligas Camponesas?” de Francisco Julião, que fornecem um arcabouço de informações para entender a conjuntura política e social no campo que influenciaram a formação de organizações sindicais em Minas Gerais.

³ AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.55.

Além das Ligas Camponesas levo em consideração a influência partidária do PCB e religiosa da Igreja Católica. Será analisado o grupo formado por ela chamado de JAC (Juventude Agrária Cristã), visto que “a medida que o PCB foi perdendo influência sobre os movimentos camponeses, cresceu a influência e a presença da Igreja”.⁴

Ao longo do trabalho são observados ainda os estudos historiográficos já realizados, bem como as contribuições antropológicas e sociológicas que se dedicam às questões rurais. José de Souza Martins (1986) analisa a participação política dos trabalhadores e seu envolvimento com o sindicato dos trabalhadores rurais, convicto de que os mesmos são sim indivíduos políticos e que a organização sindical é uma das maiores expressões disso.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, se fez necessária a consulta à documentos cedidos pela FETAEMG⁵. Trata-se de material elaborado pelo próprio sindicato para atuação no campo, material de reuniões e eventos, utilizados pelo setor de formação sindical para esclarecimento sobre o funcionamento dos sindicatos rurais e para formação de lideranças de base, que emergem das comunidades rurais a partir da doutrinação exercida pelo sindicato. Através da análise do material cedido é possível compreender ainda, de que maneira os trabalhadores rurais são envolvidos e se tornam engajados no movimento a partir da noção da necessidade de contribuir com a sua participação dentro da instituição sindical.

Além disso, contamos com o arquivo do DOPS⁶, onde é possível acessar os primeiros boletins informativos da FETAEMG entre os anos de 1969 e 1971, nos quais são descritas as conquistas e reivindicações da Federação desde sua fundação⁷.

Outro aspecto importante do projeto é a utilização da história oral para subsidiar o argumento construído. As narrativas das lideranças sindicais, que tem origem e trajetória de vida no campo, permitem contrapor as diferentes visões e construções dos discursos feitos a cerca do objeto de pesquisa em análise que é a formação destas lideranças e dos próprios sindicatos.

Partindo das diferentes possibilidades de construção de uma pesquisa fundamentada em narrativas, considero para o presente estudo essencial conhecer o que as lideranças sindicais

⁴ MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil - As Lutas Sociais no Campo e seu Lugar no Processo Político*. Petrópolis: Vozes, 1983, p.11.

⁵ Federação dos trabalhadores em agricultura de Minas Gerais

⁶ Departamento de ordem política e social

⁷ Em 2009, Marina Mesquita Camisasca defendeu sua dissertação de mestrado pela UFMG, após pesquisa nos arquivos do DOPS, no arquivo público mineiro, sua pesquisa é bastante enriquecedora quando aos acontecimentos registrados por este departamento entre os anos de 1961 a 1964 e contribuem para melhor compreensão dos conflitos rurais no Estado de Minas Gerais nesse período que antecede a ditadura.

têm a dizer sobre sua relação com o sindicato, e também o que tem a dizer sobre sua trajetória de vida, para isso, opto por entrevistas feitas através de estímulos ao narrador de forma que ele se sinta a vontade para falar sobre suas experiências e relação com o tema, ao longo da experiência da narrativa os entrevistados foram ouvidos de maneira que todos os eventos pelos quais passaram foram considerados como fator de ligação com o tema, mesmo porque todos eles justificam seu ingresso no movimento sindical, a partir de uma dificuldade pessoal, familiar ou mesmo comunitária.

A opção pela história oral de vida permite que se conheça não somente os aspectos referentes ao roteiro proposto que marcaram o entrevistado, mas fatos que marcaram sua vida e de forma indireta podem contribuir para compreensão da construção da sua identidade e do seu discurso.

As fontes orais foram definidas a partir do critério de disponibilidade para narrar e do critério de relação com o tema, que no presente trabalho é a atuação como uma liderança sindical no período que se estende entre 1962 e 2000. Ao longo da pesquisa foram surgindo nomes, identificados por sua rede de relações dentro do sindicato, e houve um desejo de colaboração por parte dos entrevistados, que me trouxeram após o cotejamento com as fontes escritas, ao resultado que aqui apresento. Um fator extremamente relevante para a construção do trabalho a partir das entrevistas, é que os entrevistados deram início à sua militância dentro do sindicato em momentos diferentes, de modo que quando escalados para esta pesquisa a atuação nos diferentes períodos da história do movimento sindical em Minas foi observada. São eles: o período anterior à ditadura militar e pós Golpe; o início da década de 1980 quando o assistencialismo rural já havia tomado conta do movimento; e por último a década de 1990, momento em que o sindicato já deu início à consolidação de políticas voltadas para as famílias rurais e o movimento feminino ganhou espaço dentro dos sindicatos.

Entre os narradores estão Wilson Luiz da Silva, presidente da Federação dos trabalhadores em agricultura de Minas Gerais, desde 1996; Joaquim Pereira da Silva Neto diretor do pólo da FETAEMG na Região do Vale do Mucuri sediado em Teófilo Otoni, um dos fundadores do primeiro sindicato de Minas Gerais, na cidade de Poté em 1962, é também o único sindicato que ainda tem a carta sindical original, após o regime militar. Por último como representante do crescente movimento feminino dentro dos sindicatos rurais, a terceira narradora é a coordenadora da Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CEMTR) da FETAEMG, Alaíde Bagetto Moraes.

Capítulo 1 - Nasce o movimento sindical em Minas Gerais

1.1 Trabalhadores rurais: agentes políticos

Hannah Arendt reflete sobre o homem e sua inserção no universo político de forma muito simplificada, mas obviamente, de forma alguma simplista, ela lembra que o homem como agente político se organiza para possibilitar a convivência entre diferentes ou porque tem assuntos em comum, sempre com o objetivo de evitar o caos, a desordem, em síntese, ela afirma que a política é a convivência entre os diferentes. Concordando com esta reflexão considero aqui como agente político os participantes e lideranças envolvidas nos movimentos que ocorreram ao longo da história e mais especificamente no Estado de Minas Gerais no período abordado que se estende entre 1962 e 2000.

O movimento de formação de associações entre os trabalhadores dos centros urbanos, com o intuito de promover melhorias de condições de vida já não é novidade desde os protestos feitos por operários insatisfeitos com as condições de trabalho oferecido após a Revolução Industrial, no século XVIII, ocorridos na Inglaterra berço do sindicalismo que nasceu ainda no século XIX, em que sua função era organizar os membros de uma “profissão” ou “especialidade”.⁸ No Brasil movimentos organizados por trabalhadores insatisfeitos que decidem se associar e elaborar protestos também ocorrem desde a vinda dos imigrantes europeus e o processo de industrialização da economia.

No campo, movimentos de insatisfação e formação de protestos também são recorrentes, como podemos nos lembrar em inúmeros movimentos organizados na Alemanha, França e claro na Rússia. Contudo é notável que até a década de 1960 no Brasil o campo não vivenciou de forma efetiva a formação de movimentos organizados, associações de trabalhadores rurais que reivindicassem seus direitos, principalmente porque estes movimentos sempre dependeram de um reconhecimento por parte do Estado que na maioria das vezes não acontecia. Podemos citar durante a República Velha diversos movimentos contestatórios⁹, mas que sob forte repressão não prosseguiram. Esses movimentos representam, apesar de reprimidos, uma carga de memória que retoma o fato do homem do campo ser um importante agente político, como já nos afirmava José de Souza Martins

Com frequência, a discussão sobre relação entre o campesinato e a política repousa na pressuposição de que o campesinato é estranho a política e é melhor que

⁸ HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho: Novos estudos sobre história operária*. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.255.

⁹ Canudos e Cangaço no Nordeste e Contestado no Sul do país.

assim permaneça. O que se liga à suposição de que, no processo político, o campesinato só pode ter uma presença passiva e subordinada – isso é subordinada à perspectiva, ao jogo e aos interesses de outra classe social. A possibilidade do campesinato falar sua própria linguagem de classe perturba os esquemas de interpretação, as posições partidárias, a lógica férrea e enferrujada do economicismo desenvolvimentista.¹⁰

Esses movimentos contestatórios se mantiveram presos à memória coletiva de maneira que Maria Eliza Linhares Borges em trabalho realizado sobre o universo rural no Leste de Minas observou entre seus entrevistados manifestações de saudosismo em relação ao banditismo social e ao messianismo, diante da descrença em outra forma de justiça.

[...] suas conversas eram constantemente permeadas por relatos de outros sobre o tempo dos movimentos messiânicos, do cangaço e do banditismo social em geral. Ao evocar o que eles chamavam de feitos heróicos “dos tempos do Capitão Virgolino”, ou mesmo, do “tempo de Lampião [em que] se podia fazer com o fazendeiro o mesmo que ele faz com a gente, [pois] ele só entende de tiro”, muitos de nossos entrevistados tendiam a mesclar essas memórias coletivas com passagens da Bíblia, cuja interpretação era permeada por uma idéia paradisíaca da terra, por eles percebida como sinônimo de fartura e felicidade.¹¹

Outros tantos exemplos que demonstram esta importância política do homem e da mulher do campo poderiam ser citados, mas se percebe que a partir da década de 60 “o movimento sindical e político-partidário no campo passa a cobrir uma boa parte do espaço que antes era ocupado pelo messianismo e pelo banditismo social”.¹²

Antes da década de 1960, de acordo com informativo de 1989 da FETAEMG denominado “Breve Histórico do movimento sindical”, alguns sindicatos de trabalhadores rurais se formaram, mas de uma forma bastante isolada, estes sindicatos merecem ser mencionados pelo fato de terem prosperado ainda que isoladamente. O primeiro em Campos, no Rio de Janeiro foi fundado em 1938 e reconhecido pelo ministério do trabalho em 1946; em 1952 foi fundado o de Ilhéus e Itabuna na Bahia, que foi reconhecido em 1957; em 1954 foi fundado em Barreiros, Pernambuco, o terceiro Sindicato dos trabalhadores rurais, sendo reconhecido em 1956; o sindicato de Bragança Paulista, estado de São Paulo foi fundado em 1957 e reconhecido em 1963.

Em Minas Gerais o primeiro Sindicato fundado foi o da pequena cidade de Poté, no Vale do Mucuri, sua fundação ocorreu em 08 de julho de 1962, mas só foi reconhecido pelo ministério do trabalho em 31 de janeiro de 1964. Segundo a revista elaborada em comemoração aos 30 anos da FETAEMG, antes mesmo da fundação do primeiro sindicato já

¹⁰ MARTINS, José de Souza. *op.cit.*, 1983, p.12.

¹¹ BORGES, Maria Eliza Linhares. Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no Leste de Minas Gerais. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol.24, n° 47, 2004, p. p.309.

¹² MARTINS, José de Souza. *op.cit.*, 1983, p.30.

havia em Minas Gerais movimentos formados através de associações de trabalhadores rurais que deixaram de se organizar em sindicatos devido aos problemas com a burocracia e ao controle político exercido pelo Estado. Consta ainda que no ano de 1954, Minas Gerais participa da 2ª Conferencia Nacional dos Lavradores e Trabalhadores agrícolas que ocorreu em São Paulo, quando foi criada a ULTAB¹³, que teve como primeiro presidente Lyndolfo Silva, filiado ao Partido Comunista. Em 1963, quando a CONTAG¹⁴ foi criada, ele tornou-se o primeiro presidente da confederação¹⁵.

Ainda segundo divulgação feita pela revista comemorativa, o 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil ou Congresso nacional dos Camponeses ocorrido em Belo Horizonte em 1961, influenciou o surgimento de inúmeros sindicatos no início da década de 1960, como o da cidade de Poté. Além disso, a lei nº 4.214, de 02 de março de 1963 (Estatuto do Trabalhador Rural) possibilitou a regulamentação e a sindicalização rural, que garantia ainda mais motivação à criação de novos sindicatos no estado de Minas¹⁶. Neste momento assistimos ao surgimento acelerado de sindicatos dos trabalhadores rurais, em relação ao período anterior ao Estatuto do Trabalhador.

Quanto aos aspectos sociais em Minas é sabido que durante as décadas de 40 e 50 muitos trabalhadores rurais vinham sendo expulsos de suas terras de forma violenta o que gerou revolta e formação de associações ainda que não fossem reconhecidas pelo Ministério do Trabalho. Um dos casos muito mencionado de violência e resistência em Minas Gerais ocorreu na cidade de Valadares, segundo José de Souza Martins muitos trabalhadores foram expropriados de suas terras e centenas de camponeses expulsos organizaram um sindicato que gerou aumento das tensões entre os trabalhadores e os fazendeiros. Nesse momento “a

¹³ União dos lavradores e trabalhadores do Brasil

¹⁴ Confederação Nacional dos trabalhadores na agricultura

¹⁵ Lyndolfo Silva no exercício do mandato, assinou um manifesto aos trabalhadores e ao povo em geral, convocando-os para o comício marcado para 15 de março de 1964 na Central do Brasil, no Rio, em defesa da implantação das reformas de base, das liberdades democráticas e sindicais e da extensão do direito de voto aos analfabetos e soldados. Representando a Contag e, oficiosamente, o PCB, foi um dos oradores desse comício, presidido pelo próprio presidente João Goulart.

Após o golpe militar que depôs Goulart em 31 de março, foi destituído da presidência da Contag. Cassado em fevereiro de 1967 com base no Ato Institucional nº 2, de outubro de 1965, em 1973, por orientação do PCB, deixou o Brasil, estabelecendo-se em Praga, na Tchecoslováquia, onde integrou o secretariado da União Internacional dos Trabalhadores Agrícolas. Beneficiado pela anistia decretada em agosto de 1979, voltou ao Brasil. Ainda em 1979 retomou seu trabalho na seção sindical do PCB, ainda na clandestinidade. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001

¹⁶ *30 anos de luta FETAEMG 1968 1998*. (Revista comemorativa pelos 30 anos da FETAEMG), Minas Gerais, 1998, p.3.

liderança do movimento foi assumida por um sapateiro pobre conhecido como Chicão¹⁷, seu nome era Francisco Raimundo da Paixão, apesar de sapateiro tinha origem camponesa¹⁸, o movimento gerou uma repercussão capaz de culminar com o golpe de Estado de 1964.

Os camponeses já durante o governo Goulart, reivindicavam que a SUPRA¹⁹, recém criada, promovesse a distribuição das terras da fazenda federal, uma tentativa fracassada de instalação de uma fazenda experimental, cujas terras haviam sido ocupadas pelos grandes fazendeiros como internata de seu gado. Essa reivindicação irritou os fazendeiros que começaram a organizar uma milícia, comandada por dois antigos oficiais da polícia militar de Minas Gerais, também fazendeiros na região, com o objetivo de impedir a execução de um plano de reforma agrária na fazenda que já era de propriedade de governa federal.

A entrega das terras estava prevista para o dia 30 de março de 1964, quando então se daria o confronto. No dia seguinte houve o golpe de Estado que derrubou Goulart e implantou a ditadura militar. O aparentemente isolado confronto de fazendeiros e camponeses de Governador Valadares foi, na verdade, o estopim preparado pela CIA para o golpe, segundo os documentos do arquivo do presidente Lyndon Johnson.²⁰

Chicão, Líder do movimento e filiado ao PCB era desacreditado pelo próprio partido, e por seguir a linha política “na lei, ou na marra” de Francisco Julião, logo foi desligado do partido, não havia sintonia entre os membros do sindicato da região de Governador Valadares e o PCB. O desdobramento desse desligamento foi que “o sindicato, através da figura de Chicão, foi se firmando como um espaço para a luta pela reforma agrária. Já em fevereiro de 1964, o PCB não tinha nenhum controle sobre o sindicato”²¹.

Os conflitos no campo ganharam proporção, tanto os trabalhadores rurais, quanto as lideranças e a imprensa esperavam e acreditavam nas reformas de base prometidas pelo então presidente João Goulart, entre estas reformas de base a mais aguardada era a reforma agrária.

A 13 de março, durante o famoso comício da Cinelândia, o presidente Goulart declarava diante de cerca de 200 mil pessoas a assinatura do decreto de desapropriação das terras localizadas nas margens dos açudes, das rodovias e ferrovias, bem como dos latifúndios com área superior a 500 hectares.²²

Mas ocorreu que o Estado sofreu o golpe militar em 31 de março em meio à revolução que vinha sendo organizada em Governador Valadares. O Governo militar impôs seu controle repressivo sobre os movimentos, impedindo que os trabalhadores rurais ganhassem espaço,

¹⁷ Chicão foi exilado e renunciou voluntariamente à anistia parcial concedida pelo governo militar (MARTINS, 1969, p. 70).

¹⁸ BORGES, Maria Eliza Linhares. *op.cit.*, p.304.

¹⁹ Superintendência de Reforma Agrária

²⁰ MARTINS, José de Souza. *op.cit.*, 1983, p.70.

²¹ BORGES, Maria Eliza Linhares. *op.cit.*, 2004, p.315.

²² BORGES, Maria Eliza Linhares. *op.cit.*, 2004, p.320.

garantiu repressão também ao Partido Comunista que apoiava o movimento rural. A repressão e o controle estatal sobre os trabalhadores rurais, que se tornaram lideranças, foram imediatos.

1.2 - As diversas bases de organização sindical

Os movimentos rurais emergiram da insatisfação da massa dos trabalhadores rurais influenciados por grupos com diferentes tendências políticas. Podemos citar o PCB, as Ligas camponesas e a Igreja Católica como os principais grupos. A partir deste vínculo criado entre os grupos políticos ou mesmo religiosos e os trabalhadores rurais percebemos a formação de lideranças sindicais que se vincularam aos grupos no intuito de organizar e consolidar a atuação dentro do movimento rural.

Quanto à participação do Partido Comunista no movimento rural, podemos demarcar duas posturas diferentes. No ano de 1954 ocorreu seu IV Congresso, em um informe deste congresso o então secretário, Luiz Carlos Prestes, faz uma declaração na qual evidencia a necessidade de união com os trabalhadores rurais, ele

chama a atenção para alguns pontos importantes. No seu entender, uma das fraquezas do partido está em não saber encontrar a ligação entre as reivindicações imediatas e os objetivos políticos do movimento operário expressos no movimento partidário. Assinala que o partido subestimava o trabalho entre os camponeses e assalariados rurais, constituindo um grupo fraco no interior do Brasil. É necessário, no seu entender, ganhar as massas camponesas para a luta ativa sob a direção do partido.²³

Neste informe Prestes é declaradamente favorável à uma ação mais radical do Partido. Para tornar a união entre os trabalhadores rurais e urbanos possível

é necessário levantar a bandeira da reforma agrária radical, criar em diversos municípios governos democráticos de libertação nacional. Uma estratégia sem dúvida essencial para facilitar a ligação com o campo, a relação política entre os operários e os camponeses, estaria nas conferências e congressos de trabalhadores agrícolas e camponeses. Nesse momento, Prestes fala na fundação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil.²⁴

Posteriormente o Partido entra em uma nova fase, acreditando na necessidade de formar uma “*Frente Única*, composta pela classe operária e, pelos camponeses, pela pequena burguesia urbana, pela burguesia e pelos setores latifundiários”²⁵, esta frente única mantinha a proposta da reforma agrária, porém se preocupava mais com as questões antiimperialistas e de modernização da chamada agricultura semifeudal.

²³ MARTINS, José de Souza. *op.cit.*, 1983, p.84.

²⁴ MARTINS, José de Souza. *op.cit.*, 1983, p.84.

²⁵ MARTINS, José de Souza. *op.cit.*, 1983, p.85

A princípio o Partido Comunista, exerceu grande influência nos movimentos rurais, tanto que as Ligas Camponesas eram vinculadas ao partido. Contudo, a partir de seu V Congresso que ocorreu em 1960, as questões ligadas ao camponês, ao trabalhador sem terra deixam de ser prioridade e a prioridade agora é o trabalhador rural que possui terra e o assalariado rural, segundo MARTINS “o PCB muda a ordem de referência falando primeiramente em trabalhadores rurais e só em segundo lugar nos camponeses sem terra”, nesse momento de mudança de postura ocorre o afastamento do partido em relação às Ligas Camponesas.

A conjuntura era de disputa pela influência sindical entre o PCB e a Igreja Católica. A Igreja apoiava pequenos grupos de trabalhadores rurais que estivessem dispostos a se organizar em sindicatos, e a atitude do Partido era a de defender a *Frente Única*, e uma revolução pautada na “possibilidade real de conduzir, por formas e meios pacíficos, a revolução antiimperialista e antifeudal”²⁶.

Na década de 1960, as diferenças entre os planos previstos pelo PCB e os previstos pelas Ligas camponesas dirigidas por Francisco Julião causaram uma divisão entre os delegados representantes das Ligas e os representantes do PCB, segundo COLETTI

Essas divergências explicitaram-se de forma contundente por ocasião do I Congresso dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, realizado em novembro de 1961 em Belo Horizontes (MG), no qual prevaleceriam os pontos de vista defendidos pelas Ligas – recusa de aliança com a burguesia nacional e proposta de uma reforma agrária radical, “na lei, ou na marra” – não obstante a inferioridade numérica de seus delegados relativamente aos representantes do PCB - dos 1.600 delegados, apenas 215 eram representantes das Ligas.²⁷

A partir destas divergências houve uma crise interna que levou Francisco Julião à proclamação do *Movimento Tiradentes*, lançado em Ouro Preto em 21 de Abril de 1962, onde reafirma o socialismo e o exemplo da Revolução Cubana, porém o movimento não prospera e volta ao controle do PCB, quando Francisco Julião foi expulso da Comissão Nacional do Movimento Tiradentes. Em 1963 o movimento já estava desorganizado, isolado, e o sindicalismo, vinculado ao PCB e à Igreja Católica ganham espaço junto ao Ministério do Trabalho que concede as cartas sindicais com menor burocracia, as Ligas perdem espaço²⁸.

Durante o período em que a Liga exerceu forte influência nos movimentos rurais foi possível observar sua postura e formas de organização. Francisco Julião (1962) deixa muito

²⁶ COLETTI, Claudinei. *A Estrutura Sindical no Campo*. Campinas: Unicamp, 1998, p.45.

²⁷ COLETTI, Claudinei. *op.cit.*, 1998, p.47.

²⁸ AZEVEDO, Fernando Antônio. *op.cit.*, 1982, p.94,95.

claro em “Que são as Ligas Camponesas” que a postura do movimento na grande maioria de suas tentativas foi a formação dos sindicatos, com o intuito de conclamar e organizar os trabalhadores rurais à luta, inclusive caso necessário fosse, para luta armada, a expressão utilizada por ele é “na lei ou na marra”.

Uma das preocupações que são recorrentes tanto nos casos de formação de sindicatos pelas Ligas Camponesas como na formação de sindicatos pela Igreja Católica, é o índice elevadíssimo de analfabetismo no campo. A questão era: como tornar os camponeses analfabetos conscientes do movimento, como divulgar suas ideias de reforma agrária, de fim dos latifúndios? Bem, no caso das Ligas Camponesas essa solução foi facilmente encontrada, e não pode deixar de ser mencionada, visto que na década de 1980 ainda encontramos as mesmas formas de “evangelizar” os trabalhadores rurais em cartilhas elaboradas em Minas Gerais pela FETAEMG, nas palavras de Francisco Julião:

Os caminhos são muitos. Da conversa de “pé de pau”, na casa de farinha, no meio do caminho, na feira, na missa, no terço, no enterro, na briga-de-galo, no eito, na palha-da-cana, ao boletim escrito em linguagem singela em tom evangélico, como o “Guia” o “ABC”, o “Recado”, a “Cartilha”, a “Carta de Alforria”, tudo o que a experiência indica e a imaginação sugere, é usado como meio para despertar, atrair, unir organizar os camponeses em Ligas.²⁹

Além destas estratégias de formar trabalhadores rurais dispostos a lutar, Francisco Julião afirma ter percebido que entre as poesias e cantigas dos camponeses já haviam reivindicações e clamores por sua condição social, que eram expressas em palavras simples, mas que já revelavam a desigualdade social por eles vivenciada. “Quase todos os temas explorados se baseiam na luta do fraco contra o forte, do pobre contra o rico, do camponês contra o latifundiário, porque lhe deflorou a noiva querida.”³⁰

Esse linguajar simples, as formas diversas de atrair os trabalhadores rurais para a luta, são uma forma de aproximação, convencimento, formação de massa e de lideranças para o movimento, que vão emergindo e se destacando entre os camponeses³¹. Julião justifica a utilização de termos pela Liga Camponesa e que foram mantidos pelos sindicatos de trabalhadores rurais ainda na década de 80 e 90 em Minas Gerais, por exemplo, o uso dos

²⁹ JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962, p.33,34.

³⁰ JULIÃO, Francisco. *op.cit.*, 1962, p.38.

³¹ Importante ressaltar que o presente trabalho não pretende discutir a existência ou não de uma classe camponesa, o termo é utilizado como sinônimo de homem do campo, forma como também era utilizado pelas Ligas, tanto que em uma Assembleia legislativa em 1945, a deputada Maria Elisa Viegas solicitou a substituição nos discursos feitos pelas Ligas, do nome camponês pelo “rurícola”, para não irritar os latifundiários. A substituição não foi feita pelo simples fato do nome camponês derivar de campo e SAR mais radical. (JULIÃO, 1962, p.29)

termos delegado e delegacias para os pontos de apoio dos trabalhadores rurais. Segundo ele, a apropriação destas expressões serviriam de encorajamento ao trabalhador.

Tendo jurisdição para todo o Estado, a organização pode fundar, como consta no estatuto, as suas delegacias ou núcleos em qualquer cidade, distrito, povoado, fazenda, serra ou córrego. Preferimos dar o nome de Delegacia. É uma maneira de fazer o camponês perder o medo da outra delegacia – a de polícia. Desse modo o soldado de polícia tem a sua delegacia, e o camponês tem a dele.³²

As cartilhas elaboradas e utilizadas na década de 1980 pela FETAEMG em Minas Gerais apresentam as duas características citadas acima, herdadas das Ligas Camponesas, a forma de atrair o camponês pela simplicidade e objetividade, ultrapassando os limites do analfabetismo, realidade que impera no campo e a utilização do termo delegado sindical. No caso específico da cartilha “O Delegado Sindical, da coleção Terra de número 2” podemos observar a utilização de esquemas ilustrativos e dos quadrinhos como estratégias de comunicação simples, mas eficaz, eles são elaborados com o intuito de explicar a função que o delegado sindical desempenha dentro da região onde é atuante e da relação importante existente entre ele e a diretoria do sindicato.³³

É bom considerar que estas estratégias de comunicação e organização já existiam no movimento sindical brasileiro antes da fundação das Ligas Camponesas, entre os sindicatos organizados pelos trabalhadores urbanos.

As Ligas já perdiam espaço entre os movimentos rurais, quando entra em cena de forma mais efetiva a Igreja Católica, disputando espaço com elas e com o PCB. Os motivos que levaram a Igreja a se preocupar com o campo têm mais relação com o medo da agitação e com apoio dado ao movimento pela esquerda do que propriamente com os problemas camponeses. MARTINS faz esta observação quando salienta que a Pastoral da Terra nasceu numa reunião onde os camponeses não estavam presentes, mas sim, professores rurais, fazendeiros e padres, entre os objetivos estavam a desproletarização e o fim do êxodo rural. Havia o receio que o comunismo se alastrasse entre os trabalhadores rurais influenciados pelo PCB e pelas Ligas Camponesas que desejavam a reforma agrária radical,³⁴ a influência da Igreja católica poderia ser minada caso ela permitisse o avanço destes movimentos. Foi acreditando nisso que ela investiu na criação de “sindicatos cristãos” que negavam a luta de classes e defendiam a harmonia social³⁵.

³² JULIÃO, Francisco. *op.cit.*, 1962, p.47.

³³ Ver anexos

³⁴MARTINS, José de Souza. *op.cit.*, 1983, p.88.

³⁵ COLETTI, Claudinei. *op.cit.*, 1998, p. 50.

Claudinei Coletti avalia, no entanto, que esta postura de manutenção da harmonia no campo por parte do “sindicalismo cristão” não tardaria em terminar, a postura conservadora foi deixada de lado pelo grupo que se originou dentro do movimento influenciado pela Juventude Universitária Cristã (JUC) chamado de Ação Popular (AP), consta que este grupo desenvolveu um importante trabalho por meio do Movimento de Educação de Base³⁶.

Ocorre que a JUC era formada por universitários e leigos que tornaram a Ação Popular um movimento mais radical. O lado conservador dos movimentos rurais vinculados à Igreja criou a Juventude Agrária Cristã (JAC), este sim um movimento mais preocupado com a cultura religiosa e cristã de seus membros. A princípio o movimento só recebeu a adesão de moças, jovens moças do meio rural vinculadas ao catolicismo. Segundo contextualização feita pela equipe que organizou os fundos do acervo do Centro de documentação e informação científica de São Paulo da PUC-SP o movimento surge em 1947, mas só ganha adesão masculina por volta de 1961, ano do Encontro Nacional de JAC e JACF (Juventude agrária cristã Feminina).

Alguns sindicatos em Minas Gerais foram fundados pela JAC, sem ligação com o Partido Comunista ou com os ideais comunistas, o primeiro sindicato do Estado foi fundado pela JAC, em Poté. Para compreender melhor como ocorreu a fundação deste sindicato, sua relação com a Juventude Agrária Católica e principalmente a trajetória de suas lideranças consideremos o que nos fala o Sr. Joaquim.

1.3 - Joaquim de Poté: de trabalhador rural a liderança sindical

Durante a pesquisa realizada para escrever este trabalho, li inúmeros livros, documentos, informativos, boletins, cartilhas e conversei com diversas pessoas envolvidas com o movimento sindical, até que tive a oportunidade de ouvir o Sr. Joaquim de Poté falar sobre suas memórias relacionadas à fundação do primeiro sindicato de Minas, e mais do que isso, falar sobre sua percepção social, religiosa e familiar naquele momento. Compartilhar suas memórias é mais do que simplesmente conhecer o indivíduo, é compreender de um modo mais próximo do real o que marcou a trajetória política e cultural de toda aquela cidadezinha descrita por ele nos mínimos detalhes, bem como de todo o Estado, tanto na entrevista concedida a mim, como no livro de memórias que ele escreveu “Semear Esperanças” publicado em 1996.

³⁶ COLETTI, Claudinei. *op.cit.*, 1998, p.51.

Assim como os movimentos contestatórios já mencionados ocorridos no nordeste e as Ligas Camponesas organizadas em desacordo com a realidade vigente, o movimento sindical mineiro nasceu da necessidade de melhorias nas perspectivas de vida e de trabalho no meio rural. O vale do Mucuri na década de 1950, em especial cidades fundadas com base em uma economia rural, como é o caso de Poté, passaram por problemas de expropriação ocasionada pela falta de estrutura na região ou mesmo pela força de fazendeiros que monopolizavam a economia local. O Sr. Joaquim nos conta como ele percebia esta realidade:

— Bom, na década de 50, na nossa região, lá do Vale do Mucuri, Jequitinhonha, saia muita gente pra trabalhar fora, saia da roça, na região lá pra ir trabalhar em São Paulo, Paraná, na época de muita plantação de café em São Paulo, Paraná. Depois com a abertura na Amazonas, Rondônia principalmente, e saia muita gente, aí veio aquela época do desenvolvimento das indústrias automobilísticas, no governo Juscelino, aí aumentou mais ainda a saída do povo com ilusão que ia ganhar muito dinheiro, com as indústrias automobilísticas, depois com a criação de Brasília, então foi um incentivo muito grande pro pessoal sair, e muita gente, a maioria morava de agregado, agregado é aquele que não tem terra e morava na terra do outro, e o dono da terra não tinha compromisso com ele, não assinava carteira, não fazia contrato de trabalho, pra o que trabalhava com produção né, ele as vezes tinha um contrato verbal de trabalhar e entregar a metade do que produzia ou a quarta parte do que produzia, de acordo com o que o dono da terra produzia com ele, e também o assalariado trabalhava assalariado, não tinha carteira assinada, não tinha nenhum direito trabalhista, não tinha garantia nenhuma, e mesmo o posseiro que tinha a posse da terra, ou aquele que tinha até documento legal da terra, pequenas propriedades, não tinha nenhuma garantia pra ficar na roça, então ele não tinha crédito pra ele ter um dinheiro pra ele tocar o serviço, a lavoura, não tinha também, depois que produzia não tinha garantia de preço, não tinha certeza que ele ia vender, muitas vezes perdia mercadoria [...] perdia muito milho, e com isso o meio rural foi esvaziando, pra procurar melhores condições em outros lugares, e mesmo aqueles que não conseguiam sair, quando perdia as forças pra trabalhar, ficava idoso, não tinha nada que garantia a permanência dele na roça, não tinha nem uma assistência social não existia, então ele vinha pras cidades, cidades pequenas igual Poté, e outras da região, era cheia de mendigos, pessoas idosas que perdia a força pra trabalhar e vinha pra cidade, e também a viúva, a viúva mesmo nova, era muito natural ainda nova ter muito filhos, 5, 6, 8, 10 ou mais filhos, minha mãe mesmo teve 14, eu fui o 12º.³⁷

Na década de 1960 o Partido Comunista e as Ligas camponesas já disputavam o controle dos movimentos rurais com a Igreja Católica, esta por sua vez já vinha atraindo a Juventude urbana através dos movimentos da Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC). Em Poté os jovens da paróquia de Teófilo Otoni organizaram o movimento da JAC, esse movimento que envolvia a juventude fundou uma cooperativa de trabalhadores rurais na tentativa de solucionar os problemas de falta de crédito rural, ou manipulação do

³⁷ Entrevista com Joaquim Pereira da Silva Neto (Joaquim de Poté), diretor regional do pólo da FETAEMG do Vale do Mucuri, sediado em Teófilo Otoni, um dos fundadores do primeiro sindicato dos trabalhadores rurais de Minas Gerais em 1962 na cidade de Poté, realizada em 01 de novembro de 2012, na FETAEMG, Belo Horizonte.

mesmo por grandes fazendeiros locais, o problema da falta de mercado consumidor, insumos agrícolas e até mesmo de sementes para plantio.

O grupo de jovens reunia-se para refletir os problemas, dentro do método. Ver, julgar e agir. Eram reflexões feitas dentro de uma linha evangélica, com assistência do vigário e apoio do Bispo D. José Maria Pires, antes bispo de Araçuaí da diocese que Poté pertencia da qual foi desmembrada a diocese de Teófilo Otoni, o seu primeiro bispo, D. Quirino Adolfo Schmit, que deu muito apoio as nossas organizações.

Através das reflexões, a primeira grande decisão foi a de resolver alguns problemas da criação de uma cooperativa.³⁸

Entre os fundadores da JAC, em Poté estava o Padre Paulo Teodoro, segundo Sr. Joaquim, ele percebeu que a cooperativa tinha conseguido melhorias econômicas para a região, mas já era o momento de fundar um sindicato dos trabalhadores rurais, para que além de auxílio financeiro eles também tivessem auxílio jurídico.

[...] através das reflexões do grupo de jovens a gente viu que não era o suficiente, pois existiam muitos outros problemas que estavam fora da área de alcance da cooperativa.

Não estavam na área comercial, mas sim na área de representatividade jurídica, salarial, política, social, e enfim na área de representação como classe.

Pelo reconhecimento que tinha o Padre Teodoro através dos seus estudos e pela prática de vida, na Alemanha, sua terra natal e de outros países da Europa que conheceu, levou o grupo de jovens a entender que só a cooperativa não resolveria todos os problemas, seria preciso organizar os trabalhadores rurais em uma entidade que tivesse poderes para representá-los perante os patrões, o governo a todos os níveis, executivos, legislativo e judiciário. Essa entidade tinha que ser um sindicato dos trabalhadores rurais, conforme a gente lia nos jornais da JAC, aquele jornal do homem do campo com notícias de sindicatos dos trabalhadores rurais já começando a funcionar em outros Estados, com bons resultados.³⁹

Em 1962, influenciados pela ação da Igreja católica e pelo Padre atuante na região, com o desejo de reivindicação, os trabalhadores rurais de Poté fundaram o sindicato. O evento foi assim descrito pelo Sr. Joaquim em seu livro “Semear Esperanças”:

No dia 08 de julho de 1962, no coreto ao lado da matriz do Senhor Bom Jesus, na praça Frei Gaspar, com a presença do Padre, do grupo de jovens da JAC e uns 100 trabalhadores rurais, foi realizado a assembleia de fundação do primeiro sindicato do trabalhadores rurais do Estado de Minas Gerais.

A primeira diretoria eleita ficou assim constituída:

Moisés Pereira dos Santos - Presidente

Joaniz Gonçalves dos Santos - Vice- presidente.⁴⁰

³⁸ SILVA NETO, Joaquim Pereira da. *Semear Esperanças*. Belo Horizonte: O escriba, 1996, p.19.

³⁹ SILVA NETO, Joaquim Pereira da. *op.cit.*, 1996, p.21.

⁴⁰ SILVA NETO, Joaquim Pereira da. *op.cit.*, 1996, p.22.

Ao observar a fala do senhor Joaquim, se percebe o quanto o grupo era arraigado à Igreja Católica, e ele confirma em sua narrativa que ela foi a instituição que se preocupou com as questões dos trabalhadores rurais da região e que o Pe. Teodoro com ideias socialistas contribuiu e apoiou o sindicato sem ter nenhuma ligação com o PCB. A partir da fundação do sindicato de Poté, os jovens tomaram a iniciativa de divulgar o movimento

[...] ele (Pe. Teodoro) levava alguns jovens daquele grupo em outras cidades pra ir divulgando o movimento sindical e o cooperativismo, quando foi em 63, já tinha no estado de Minas 47 sindicatos dos trabalhadores rurais, poucos foi com a linha igual a nossa, o de Araçuaí, foi com a linha igual a nossa, e mais alguns, outros foi na linha do, da liga camponesa, baseado na liga camponesa do Francisco Julião, e outros com apoio do Partido Comunista [...].⁴¹

A partir da fundação deste e dos demais sindicatos em Minas, ainda que sob influência de outras vertentes políticas, houve a necessidade de se organizarem em uma Federação. Sr. Joaquim narra a forma como a organização foi fundada, além disso, explica que a partir da criação da Federação havia uma maior facilidade no reconhecimento dos sindicatos por parte do Ministério do Trabalho, até que em 1964, o golpe militar foi dado e as cartas sindicais foram cassadas. Interessante destacar na narrativa o fato da carta sindical de Poté ser a única ainda original mesmo após o regime militar, o que só foi possível graças a D. Maria, noiva do Sr. Joaquim em 64 e sua esposa atualmente. Quando conversei por telefone ela me contou em detalhes o medo pelo qual passou quando escondeu a carta sindical no hospital da cidade, para que ela não fosse cassada pelos militares, Não foi possível gravar a ligação, mas o fato também é lembrado pelo Sr. Joaquim:

[...] nos reunimos aqui em Belo Horizonte, com apoio do governador do estado na época, José de Magalhães Pinto, reunimos num quartel da policia militar, ficamos alojados uma semana, e ai a gente vinha do quartel pra o sindicato dos tecelões, me parece, na Rua da Bahia, era, foi às primeiras vezes que eu vim em Belo Horizonte, à gente vinha trazido de lá do quartel até no centro, aqui, por uma Kombi de um deputado, chamava Dazinho, José Gomes Pimenta Dazinho, era da Mina de Morro Velho, era deputado operário, eles eram três, o Dazinho, Sinval Bambirra e o Clodsmith Riani, esses três deram todo apoio pra organização nossa, pra fundar uma federação que seria hoje a FETAEMG, né, ai nós participamos do dia 15 ao dia 20 de abril, e chegou à conclusão que não podia ser uma federação só, tinha que ser três, porque cada cinco sindicato de uma categoria pode fundar uma federação, ai fundou três porque tinha, igual o nosso lá de Poté, era sindicato dos trabalhadores na agricultura, autônomos, era mais posseiro, pequeno proprietário, arrendatário, parceiro, né, eu já falei muito disso, e tinha um outro grupo que era de assalariado rurais, tinha aqui Lagoa da Prata, Patos de Minas, essa região tinha mais, já tinha cana, algumas do Sul de Minas, Três Pontas, Lagoa da Prata, então de assalariado rural, e a outra da extrativa rural que era da Região de eucalipto, né, Ipatinga, aquela região do Vale do Aço, então fundamos três federações ao mesmo tempo, e nessa mesma semana, o representante da nossa federação de autônomos foi pra o Rio de Janeiro, pra ajudar a fundar a CONTAG, que a Confederação nacional dos trabalhadores rurais na agricultura e a FETAEMG é afiliada da CONTAG, então nós

⁴¹ Entrevista com Joaquim Pereira da Silva Neto (Joaquim de Poté)

participamos da fundação daquelas três, os três presidentes delas foram pra Rio de Janeiro, mais 26 de outros estados, fundou a CONTAG, e o nosso, o presidente da nossa de autônomo, foi eleito secretário geral da CONTAG, foi o primeiro secretário geral da CONTAG foi ele, e por, é... Com todo apoio do governador, da policia militar, deu apoio, ai quando foi na coordenação dos trabalhos tinha o presidente da SUPRA, superintendência de reforma agrária, que seria hoje o INCRA, fazia o papel que faz hoje o INCRA⁴², essa superintendência, chegou o superintendente em Minas, tinha criado uma comissão nacional de sindicalização rural, e o presidente era um padre, Lage, Pe. Francisco Lage, ele, passando por ele o processo de reconhecimento do sindicato, chegava no Ministério do trabalho, era fácil de registrar, com isso nós conseguimos o nosso ser registrado antes do golpe militar, todos os 47, foram registrados antes, ai veio o golpe militar, o que aconteceu, eles saíram, é prendendo os presidentes do sindicato, os diretores executivos do sindicato dizendo que a gente era comunista, pegavam essa carta sindical, consumia, pegavam o livro de ata, sumia com tudo, o de lá de Poté eles não conseguiram pegar porque a minha noiva, nós ficamos sabendo, estourou o golpe militar no dia 30 de março, 1º de abril, ai eles chegaram lá em Poté uns dois, três, dias depois, a polícia ficou em Teófilo Otoni que é cidade maior, naquele tempo, o batalhão era em Governador Valadares, ai quando eles chegaram em Poté, já tinha uns dois dias a gente já sabia que eles estavam prendendo mesmo, ela pegou aquela carta sindical, não tinha plástico na época igual agora, né, ela pegou e colocou dentro dum jornal e tinha uma pilha de tijolos no hospital que ela trabalhava, ela abriu a pilha de tijolos, colocou o jornal lá dentro com a carta e fechou.⁴³

No inicio da década de 1960 o movimento sindical rural estava em fase de afloramento, e vinham sendo criadas as FETAGs no país, em 1963 a CONTAG⁴⁴ foi fundada e em 1964 reconhecida. Quando ocorreu o golpe militar em 1964 o sindicalismo em Minas Gerais e no Brasil tomou um novo rumo, a Federação que já estava em vias de ser fundada só se organizou em 1968, neste momento somente cinco sindicatos em Minas Gerais participaram da fundação da FETAEMG, pelo fato de terem o reconhecimento do Ministério do trabalho e suas diretorias haviam sido aprovadas, eram eles o da cidade de Poté, Araçuaí, Esmeraldas, Brumadinho e Três Pontas.

CAPÍTULO 2 – Sindicalismo rural em Minas durante o Regime Militar

2.1- O retrocesso político: sindicalismo ou assistencialismo rural?

Durante o regime militar o movimento sindical passa por mudanças que vão torná-lo instrumento do Estado e não mais do trabalhador rural. Já em 1964 quando a CONTAG foi

⁴² Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

⁴³ Entrevista com Joaquim Pereira da Silva Neto (Joaquim de Poté)

⁴⁴ Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

reconhecida, as Ligas Camponesas já haviam sido excluídas do cenário político que envolvia o meio rural. A Confederação era dirigida por comunistas, portanto o Ministério do Trabalho interveio indicando uma junta ligada à Igreja Católica Conservadora, formada por três membros, para direção, que participavam dos chamados Círculos Operários.⁴⁵

Claudinei Coletti nos lembra que a partir de 1964 a bandeira de luta da CONTAG que era a reforma agrária, se tornou a luta pelos direitos do trabalhador, que já estavam previstos no Estatuto do Trabalhador e que, portanto já estando previstas, só necessitavam cumprimento. Nesse momento a prática sindical passou a se resumir na denúncia dos problemas vividos pelos trabalhadores, contudo após esta denúncia cabia ao Estado (ditador), resolver o problema como bem entendesse.⁴⁶

Durante a ditadura muitos sindicatos foram cassados, e entre os remanescentes podemos observar a permanência dos conservadores vinculados à Igreja, como por exemplo, o de Poté. Aqueles vinculados ao PCB foram perseguidos, de maneira que as lideranças sindicais que se mantiveram ativas durante o regime militar permaneceram vigilantes e submissas ao Estado. Sr. Joaquim narra sobre estas mudanças ocorridas após a intervenção do Estado, a direção dos sindicatos e a forma de atuação foram alteradas.

[...] ele (Geraldo Nassif Salomão) foi o delegado da CONTAG aqui, ai ele foi lá em Poté pra reativar o sindicato e mais quatro pra inteirar os cinco pra fundar a atual FETAEMG, ele chegou lá, explicou como era o trabalho que ele estava fazendo, e conseguiu reativar o de Poté, o de Araçuaí, Esmeralda, Brumadinho e Três Pontas, esses cinco fundaram a atual FETAEMG em 68, e nessa época que eu fiquei sabendo que eu não podia participar da fundação, da reorganização do sindicato e da fundação da FETAEMG porque os meus direitos políticos e sindicais estavam cassados, eu fiquei até 67, 68 sem saber, ai eu fiquei sabendo, eu não participei. Do sindicato de Poté sim, e ai veio reativando o movimento sindical e nessa época o movimento sindical já exigindo, mostrando o próprio governo militar que tinha que ter uma assistência social rural, eles começaram a arrecadar um fundo de assistência, dois e meio por cento da produção agropecuária ficava retido pro governo criar um fundo pra assistência ao trabalhador rural, e só em 70, que criou a primeira lei de assistência ao trabalhador rural, criou, chamava Funrural, em cada cidade colocava um funcionário pra atender o trabalhador rural, aposentando, começou ai em 71, o homem aposentando com 65 anos, meio salário mínimo e a mulher não tinha direito a aposentadoria não, só a pensão quando o marido morria, era o único benefício, e ai, o movimento sindical, começou a trabalhar essa assistência social e o governo colocou também nos sindicatos convênios, convenio médico, odontológico, pra atendimento dentro do sindicato, desviou a função do sindicato de exigir melhor condição de salário, exigir a reforma agrária, exigir apoio ao agricultor familiar, colocou numa função de assistência social, e isso durou bastante tempo, isso é pra década de 70, nessa década, que foi 75 terminou a cassação dos direitos meus, e eu voltei à direção do sindicato, voltei, fui reeleito pelas comunidades de base da Igreja Católica⁴⁷.

⁴⁵ COLETTI, Claudinei. *op.cit.*, 1998, p. 65.

⁴⁶ COLETTI, Claudinei. *op.cit.*, 1998, p. 66.

A narrativa do Sr. Joaquim é bastante precisa e concorda com o que nos diz a revista comemorativa de 30 anos da FETAEMG, na qual reconhecem que em 1968 havia quase trinta sindicatos no Estado de Minas Gerais, contudo, apenas os cinco sindicatos já citados na entrevista foram reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e possibilitaram a fundação da Federação. Esta por sua vez, foi reconhecida em dezembro de 1968 e “iniciou suas atividades através de uma equipe constituída de cinco advogados que se baseou no Estatuto do Trabalhador Rural e no Estatuto da Terra para prestarem assistência jurídica”.⁴⁸

No primeiro boletim informativo da FETAEMG, publicado em 1968 e presente nos arquivos do DOPS, podemos observar a publicação do Estatuto do Trabalhador Rural que serviria de base para a nova organização fundamentada no discurso da defesa das questões trabalhistas, e no segundo boletim, já no ano de 1970, foi publicado um informativo sobre o convênio entre a FETAEMG e o Funrural, lê-se:

Inicialmente, a FETAEMG, mantendo contato estreito com os dirigentes do Funrural logrou estabelecer um convênio entre o próprio Funrural e o Hospital São Francisco de Assis, desta capital, para prestar assistência médica aos trabalhadores rurais das cidades próximas a capital.

Como se vê, na impossibilidade de criar-se a Previdência Social de modo abrangente ao trabalhador rural, a FETAEMG cuidou do problema no sentido de propiciar pelo menos a assistência médica, de conformidade com a mensagem do departamento de Assistência Social da Entidade.⁴⁹

Como bem podemos observar não há dúvidas que o retrocesso político vivido pelo sindicalismo em Minas e em todo país foi intensificado pela proposta do Funrural, a própria FETAEMG, informa sobre o exercício do poder estatal sobre a Federação: “Assim, sob a tutela de um Estado autoritário, os primeiros anos de existência da FETAEMG foram marcados por uma atuação assistencialista. Prova disso foram os 174 sindicatos criados no período de 1971 a 1975, quase todos voltados para a operacionalização do FUNRURAL”.⁵⁰

Observa-se na narrativa que os aspectos assistencialistas atribuídos ao sindicato foram logo observados pelos membros, mesmo os pertencentes ao grupo que teve apoio na ala

⁴⁷ Entrevista com Joaquim Pereira da Silva Neto (Joaquim de Poté), diretor regional do pólo da FETAEMG do Vale do Mucuri, sediado em Teófilo Otoni, um dos fundadores do primeiro sindicato dos trabalhadores rurais de Minas Gerais em 1962 na cidade de Poté, realizada em 01 de novembro de 2012, na FETAEMG, Belo Horizonte.

⁴⁸ *30 anos de luta FETAEMG 1968 1998*. (Revista comemorativa pelos 30 anos da FETAEMG), Minas Gerais, 1998, p.6.

⁴⁹ BOLETIM – 2º Boletim Informativo da FETAEMG, 1970, p.7. APM. DOPS/MG. Pasta 5304 {086} – {FETAEMG}.

⁵⁰ *30 anos de luta FETAEMG 1968 1998*. (Revista comemorativa pelos 30 anos da FETAEMG), Minas Gerais, 1998, p.6.

conservadora vinculada a Igreja católica como é o caso do entrevistado. Os mecanismos para manter os trabalhadores rurais sob tutela estatal foram variados, o principal deles como já dito anteriormente foi o Funrural, ou Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural).

O Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Funrural) foi criado com o Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, e tinha como finalidade instituir alguns benefícios previdenciários aos trabalhadores rurais, como por exemplo, aposentadoria por velhice e por invalidez, auxílio-doença, assistência médica e odontológica, pensão por morte, auxílio-funeral, etc.⁵¹

Coube aos sindicatos fiscalizar e identificar os grupos abrangidos pelo Prorural, bem como executar o programa, neste momento o assistencialismo se torna a principal função dos sindicatos e não mais as reivindicações dos trabalhadores,

a inclusão dos serviços previdenciários no interior dos sindicatos dos trabalhadores rurais visava, segundo as próprias palavras do então Ministro do Trabalho, Júlio Barata, a converter o assistencialismo no principal, ou pelo menos, em um dos principais papéis desempenhados pelas entidades sindicais rurais.⁵²

O Funrural foi fundado e se manteve a partir da cobrança indireta dos trabalhadores rurais através da arrecadação sobre os produtos agropecuários, sob alegação da necessidade de fornecer ao trabalhador rural serviço médico, odontológico e previdenciário. Política deixou de ser assunto na pauta sindical, muitos sindicatos foram criados já com a perspectiva assistencialista e não se mantiveram funcionando pelo fato da verba liberada pelo Estado não ser suficiente para a manutenção dos serviços prestados pelo sindicato. (SILVA NETO, 1996, p.42) Os problemas ocasionados por esse programa, o Funrural, se mantiveram presentes mesmo após o fim do regime, algumas cidades não conseguiram mais criar um sindicato organizado em benefício dos trabalhadores rurais, em outras os sindicatos passaram por problemas financeiros pelo fato de já estarem habituados à dependência da administração e da ajuda estatal.

No final da década de 1980 alguns sindicatos em Minas Gerais foram se desvinculando do Estado, um exemplo interessante a ser citado foi o que ocorreu na cidade de Cláudio. O atual presidente da FETAEMG, Wilson Luiz da Silva, em entrevista realizada em fevereiro de 2012 afirma que deu início ao seu trabalho no sindicato nesta cidade no ano de 1980. Ele nos revela, qual foi sua postura em 1988, quando foi eleito pela primeira vez como presidente do sindicato da cidade de Cláudio:

Ai como presidente do sindicato eu comecei, falei agora eu vou começar a implementar, trabalhar, aquilo que acho que precisa de mudar, como presidente do

⁵¹ COLETTI, Claudinei. *op.cit.*, 1998, p. 70.

⁵² COLETTI, Claudinei. *op.cit.*, 1998, p. 10.

sindicato fiquei pouco tempo, na presidência da direção do sindicato, o sindicato começou a mudar, tinha um sindicato, tinha um convênio com o sistema de saúde, o SUDS, hoje o SUS, e a regional de Divinópolis, e eu fui o primeiro sindicato que foi no presidente do conselho, Dr. Silveira, que ele foi, era até de Cláudio, e falei, hoje eu vim cá pra acabar, pra rescindir o contrato que tem, nós não queremos mais dinheiro do Estado dentro do sindicato, porque o sindicato não é hospital, não é pra isso, o sindicato é uma ferramenta de luta e tem que olhar os trabalhadores e o Estado que tem que cumprir com esse papel, o hospital que tem que atender, tal, e ele: _ Você é doido menino, que isso, você é maluco. E eu falei: _ Não eu quero um sindicato verdadeiro se ele tiver dois três mil associado eu prefiro ficar com quinhentos, mas quinhentos que vai me ajudar e vai entender que é sindicato, mas isso eu ia fazendo trabalho de base, fui fazendo trabalho de base, e a gente realmente findou com esse convênio.⁵³

Ele como a maioria das demais lideranças sindicais, emergiu de uma realidade que o incomodava e que pedia mudanças. Durante sua narrativa ele demonstra insatisfação ocasionada pela falta de informação dos trabalhadores rurais quanto à função que deveria ser desempenhada pelo sindicato, que é a de reivindicação junto aos trabalhadores e, no entanto, após tantos anos de permanência sob tutela do Estado, os sindicatos já não representavam mais o trabalhador rural.

Em se tratando da função real desempenhada pelos sindicatos dos trabalhadores rurais em Minas Gerais, merece ser considerado o estudo de caso feito pelo antropólogo John Cunha Comerford (2003), que observou e analisou algumas características bastante específicas na Zona da Mata mineira. Ao longo da década de 1960 os sindicatos fundados foram poucos e não prosperaram nesta região, durante a década de 1970 foram fundados alguns já sob tutela estatal para fornecer assistência médica e odontológica. Vinculados ao Funrural, estes sindicatos dos trabalhadores rurais não passaram pelos problemas de perseguição intensos como os do Vale do Rio Doce e os do Vale do Mucuri. Na década de 1980, ainda eram poucos os sindicatos na região e estes foram sendo fundados por incentivo de políticos locais ou mesmo por influência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), vinculadas à Igreja Católica e a padres da região. A partir da década de 1990 algumas lideranças sindicais assumiram cargos na FETAEMG, mas cargos de menor destaque. Apesar de vinculados à Federação e possuírem algumas características em comum com os demais sindicatos mineiros eles não cumprem a mesma função que sindicatos de outras regiões do Estado. Comerford salienta ainda os discursos dos dirigentes sindicais desta região, tratando o cargo de diretor como uma “missão” e o sindicato como uma “autoridade”.⁵⁴

⁵³ Entrevista com Vilson Luiz da Silva

⁵⁴ COMERFORD, John Cunha. *Como uma Família: Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, p. 260.

Esta postura por parte dos sindicatos da região da Zona da Mata se dá em parte pelo fato dos movimentos sindicais terem entrado em descrédito durante o regime militar, além é claro dos fatores culturais, sociais e econômicos específicos daquela região que obviamente não passou pelos mesmos processos vivenciados nas demais localidades de Minas Gerais.

2.2 - As marcas do regime militar nas lideranças rurais

Sabemos que ao longo do regime militar lideranças sindicais envolvidas com o PCB foram afastadas de seus cargos, contudo, houve ocasiões nas quais lideranças totalmente desvinculadas do Partido Comunista passaram por perseguição. Mais uma vez recorreremos à entrevista do Sr. Joaquim de Poté, como é conhecido, para entender a perseguição, sob o ponto de vista de quem teve os direitos políticos cassados.

[...] em 68, logo que fundou a FETAEMG, o padre Teodoro não teve condição mais de ficar em Poté, a perseguição passou a ser muita pelos políticos, os comerciantes, os políticos, os fazendeiros, aí ele veio embora pra Belo Horizonte, lá pro bairro Laguna, perto de Contagem, paróquia Santo Antônio, no bairro Laguna, e a diretoria da FETAEMG, a primeira diretoria deu ele um trabalho aqui, dele trabalhar como educador sindical, pra ele ajudar a organizar a fundação dos sindicatos né, ele começou a trabalhar com poucos meses os órgãos de segurança exigiu da federação que tirasse ele, porque ele era indesejável ao governo, e teve que tirar, e o governador que deu apoio pra nós em 63 foi um dos articuladores do golpe militar, Magalhães Pinto, Ademar de Barros em São Paulo e Carlos Lacerda no Rio de Janeiro [...]

[...] o padre Lage que eu falei da Comissão nacional de sindicalização rural, eu me lembro naquele tempo não tinha televisão, tinha algum rádio, mas eu gosto muito de ler, e nos jornais, mostraram ele entrando no avião junto com Francisco Julião, eles entrando no avião, na hora dele entrar no avião ele beijou a terra despedindo do Brasil, sendo expulso do Brasil [...].⁵⁵

Durante a ditadura militar as cartas sindicais foram cassadas e as lideranças sindicais rurais foram todas substituídas por interventores ligados ao Estado. Como já mencionado anteriormente, a cidade de Poté não teve a carta cassada, segundo o Senhor Joaquim, devido ao fato da sua noiva ter a escondido, mas também pelo fato do sindicato manter relações estreitas com a Igreja Católica e não ter vínculo com o PCB, o golpe havia sido dado naquele momento, e a notícia das cassações se espalhou rapidamente, a prisão e a cassação dos direitos políticos são narradas pelo Sr. Joaquim⁵⁶.

Além dos problemas relacionados à legalidade dos sindicatos e das prisões ele explica o fato de o sindicato não ter nenhum vínculo com o PCB e ainda assim ter sofrido perseguição e tortura psicológica por parte do regime militar. Relembra ainda o vínculo com a Igreja

⁵⁵ Entrevista com Joaquim Pereira da Silva Neto (Joaquim de Poté).

⁵⁶ Trecho da entrevista transcrito na página 21.

Católica e o apoio dado por ela para fundação do mesmo, lamenta ainda o retrocesso político pelo qual o sindicato passou, não somente pelo fato de ter se tornado instrumento de assistencialismo estatal, mas porque houve uma enorme diminuição no número de trabalhadores rurais associados participando das reuniões. Quando questionado sobre com que instituição o sindicato possuía vínculo quando estourou o golpe, ele responde:

— Com a Igreja Católica, o que deu nós, toda cobertura mesmo, foi o bispo e o padre, aí nós ficamos sem condição de reunir uns três meses, ah, o pessoal até corria da gente na rua, lá tem, tinha e tem até hoje, feira, mercado, feira todo sábado tem a feira né, as vezes eu chegava na feira, companheiro que era do sindicato quando me via saía correndo da gente, na rua, tinha uma rua, se vinha lá, procurava seguir com medo de encontrar com a gente, conversar, era tachado de comunista, não podia juntar mais do que duas, três pessoas pra conversar que polícia chegava pra saber o que era, era uma coisa horrível, graças a Deus tortura física nós não tivemos não, mas psicológica foi muito, foi muito tempo, eles iam lá, insistia pra gente falar que o padre e o bispo, estava incitando pra fazer invasões de terra, treinando pra fazer guerrilhas, insistia com a gente, a gente não podia inventar né, nem aceitar aquilo, porque não era verdade, aí ficou essa situação, com 5, 6 meses depois, nós conseguimos fazer a primeira reunião, reunião que reunia com duzentas pessoas, a primeira reunião nós reunimos com cinco.⁵⁷

O já mencionado atual presidente da FETAEMG Vilson Luiz da Silva, teve sua vida política e social iniciada na década de 1980 e a partir de sua fala podemos perceber como a questão da instauração do medo é uma característica recorrente nas entrevistas, tanto Sr. Joaquim como o Sr. Vilson mencionam o perigo da acusação de atos comunistas.

[...] lembro uma vez que eu fiz uma fala e eu fui chamado a atenção, na época o governo era regime militar, eu fui chamado a atenção, e eu nem era do sindicato nem nada e eles falaram:

— Se você falar isso mais uma vez você vai ser preso, você vai ser mandado pra fora do país, você sabe o que, que é isso? Você já ouviu falar em ser exilado? Essa coisa toda?⁵⁸

As lideranças sindicais que tiveram trabalho iniciado na década de 1980 não passaram pela mesma repressão que passaram as lideranças da década de 60 e 70, contudo, encontraram um movimento totalmente desorganizado, que havia perdido a função original. Além disso, encontraram uma sociedade marcada pelo medo instaurado, desacostumada à democracia, daí a dificuldade encontrada por muitas lideranças em fortalecer o movimento sindical rural e conscientizar os trabalhadores rurais da sua importância, processo que foi retardado pelo regime militar.

Na década de 1980 o movimento sindical volta a se organizar, em 1979 ocorre o III Congresso da CONTAG que influenciou a direção dos sindicatos mineiros e a Federação.

⁵⁷ Entrevista com Joaquim Pereira da Silva Neto (Joaquim de Poté).

⁵⁸ Entrevista com Vilson Luiz da Silva

Segundo consta na revista comemorativa da Federação, “no período de 1981 a 1984, a FETAEMG investiu numa política de formação de delegados sindicais de base e num projeto de capacitação sindical que resultaram em avanços significativos para o MSTR⁵⁹”. Esta política pode ser observada através das cartilhas⁶⁰ elaboradas com o intuito de formar delegados sindicais de base e instruir os trabalhadores rurais sobre a importância desta liderança para os sindicatos.

Em 1983 foi criada a CUT⁶¹, que também influenciou no surgimento de lideranças sindicais no campo pelo fato de ter criado uma Secretaria Rural a princípio, e posteriormente um Departamento Rural. Voltando mais uma vez à entrevista, principalmente porque a análise pretende compreender justamente a trajetória de algumas lideranças sindicais observamos o relato do Sr. Joaquim sobre sua participação na CUT, onde foi Diretor por dois anos.

[...] o movimento sindical dos trabalhadores rurais começou reativando congressos, fazendo congresso estadual, fazendo congresso nacional em Brasília, e ai já tinha mudado a CONTAG pra Brasília, já tinha feito a nova, já tinha saído da intervenção, já tinha diretoria eleita pela CONTAG, e ai o movimento sindical participou, eu acho que foi uma influencia grande, participou no processo das Diretas já, participamos no processo da anistia, já junto com outras categorias e ai veio a criação do Partido dos Trabalhadores, na nossa região lá nós começamos a participar também, e depois, isso é em 81, em 83 participamos da fundação da CUT, e eu cheguei a ser eleito diretor nacional da CUT, eu fiquei dois anos só e vi que não tinha condição de trabalhar no sindicato dos trabalhadores rural e na CUT, era muito difícil, então eu afastei da CUT, pra abraçar mesmo o sindicato dos trabalhadores rurais, e pra sair da, no meu caso né, pra sair da cassação dos direitos por 10 anos, eu vim aqui em Belo Horizonte, eu fui lá em, na comarca em Teófilo Otoni, pedir um atestado de bons antecedentes políticos, que dava o nome, o cartório do crime da comarca fornecia, eu chegando lá o funcionário olhou, pegou minha ficha, e falou:

_ Ah, o do senhor eu não posso fornecer não, só em Belo Horizonte no DOPS, DOPS era a delegacia de ordem política e social, ai falei tá.

[...] cheguei lá no DOPS, a moça me atendeu, e uma fila grande né, quando ela chamou meu nome que eu cheguei, ela falou:

_ A Sr. Joaquim, eu não posso fornecer o documento não, o senhor tem que conversar com o delegado.

Me mandou pra sala de um delegado, cheguei, ele falou comigo:

_ A, mas o senhor tá procurando atestado de bons antecedentes políticos, o senhor ficou desaparecido de Poté esse tempo todo e volta agora, aonde o senhor andava? Eu falei:

_ Oh Dr. Eu não fiquei desaparecido não, eu nunca fiquei desaparecido não, eu nunca sai de Poté, ele falou:

_ Não, você saiu sim, você vai ter que ficar aqui uns dias pra gente apurar tudo direitinho, pra ver o que é que pode fazer com você. Eu falei:

⁵⁹ Movimento Sindical dos trabalhadores rurais

⁶⁰ Ver anexo

⁶¹ Central Única dos Trabalhadores

_ O Dr. Então, primeiro, eu vim, com o dinheiro que eu tinha eu comprei a passagem pra voltar hoje à noite, o dinheiro que eu tenho no bolso, não dá pra jantar hoje, vou tomar um café, um lanche, pra ir embora, já que o senhor vai ficar uns dias comigo aqui, o dia que o senhor me liberar, o senhor vai fazer uma caridade pra mim, o senhor me dá a passagem pelo menos até Teófilo Otoni, de Teófilo Otoni pra lá é 40 quilômetros, eu vou até a pé, e eu sou muito conhecido lá, eu pego carona. Ele falou:

_ Não, isso a gente resolve. Eu falei:

_ Não, mas o senhor me dá uma oportunidade de explicar? Ele falou:

_ Explicar o que? Eu falei:

_ Explicar pro senhor, que eu nunca fugi, eu nunca sai de Poté. Ele falou:

_ Você fugiu com um moço lá de Galiléia. Eu falei:

_ Galiléia, Galiléia, lá na terra de Jesus? Nem pensei.

_ Não brinca comigo não, Galiléia é lá pertinho de sua terra.

_ Não senhor, pertinho de minha terra é Teófilo Otoni, Itambacuri, Malacacheta, Ladainha, se bem que tem Galiléia lá perto de Valadares, né, e eu conhecia o presidente do sindicato de lá na época. Eu falei:

_ Não senhor, eu não conheço Galiléia não, e eu provo o senhor com documento, tirei a carteira de trabalho e falei, aqui, eu trabalhei numa empresa dos correios seis anos, de 68 até agora, tá aqui, mostrei pra ele, ele falou assim:

_ uai! Olhou, olhou. Falou sim: _ Tem mais algum documento? Falei:

_ Tem, certidão de casamento que eu casei em 65, aqui a certidão, eu casei lá em Poté e já tenho certidão de 3 filhos, olha as certidões aqui, eu trouxe esses documento não foi pra mostrar o senhor não, eu trouxe pra fazer um acerto na empresa dos correios, mas ficou pra voltar daqui 90 dias e os documentos estão aqui no bolso. Ele olhou tudo, olhou, mandou um funcionário lá panhar a pasta.

_ Ah, mas as informações aqui estão completamente diferentes, eu vou liberar o senhor, liberou, me deu os documentos de bons antecedentes, mas foi difícil, ai eu fui, ele falou comigo:

_ Eu estou te liberando, mas você não participa desse movimento do sindicato mais não que isso é coisa de comunista, é de invadir terra, é de fazer guerrilha, não mexe com isso mais não, ai eu fiquei calado né.⁶²

Ao conseguir seu atestado de bons antecedentes Sr. Joaquim pôde voltar à vida política, não somente como diretor da CUT, mas foi presidente do sindicato por mais dois anos, contribuiu para a fundação do PT em vários municípios e se candidatou como deputado estadual pelo PT em 1982, sua candidatura foi lançada por 10 municípios, mas não foi eleito,

[...] daí pra cá o movimento sindical veio conseguindo na Constituinte, nós não conseguimos eleger, mas fizemos um trabalho nas portas dos gabinetes dos deputados em Brasília, fazendo revezamento lá, os de uma região iam e ficavam na porta do deputado majoritário da região, cobrando melhores condições pros trabalhadores, foi quando vieram vários direitos dos trabalhadores.⁶³

⁶² Entrevista com Joaquim Pereira da Silva Neto (Joaquim de Poté).

⁶³ Entrevista com Joaquim Pereira da Silva Neto (Joaquim de Poté).

O ano de 1983 foi decisivo para os movimentos rurais em Minas Gerais, além da criação da CUT, podemos considerar também o fato de ter sido o ano do I Encontro Estadual dos Conflitos de Terra e dos Pequenos Produtores e já em 1984 aconteceu o Encontro Estadual dos Assalariados. Segundo revista da FETAEMG esses três encontros representaram as três principais frentes de luta naquele momento, a partir de então outras lutas foram surgindo com o agravamento de problemas específicos, lutas estas que muitas vezes receberam apoio de outros setores, alguns exemplos são: a campanha contra o uso indiscriminado de agrotóxicos, contra as falsas cooperativas de mão-de-obra no meio rural, contra violência no campo, em defesa dos atingidos pelas barragens, pela extensão da previdência social ao trabalhador rural, entre outras.

Além das lutas em função dos problemas no espaço rural, o período foi marcado pelas lutas em prol da redemocratização do país da Assembleia constituinte, criação das centrais sindicais e aliança com sindicatos. Quando o entrevistado Wilson Luiz da Silva foi questionado sobre o momento em sua trajetória sindical que mais havia marcado, ele respondeu que após a morte de Tancredo Neves e toda aquela incerteza política que envolvia o país, foi feita uma movimentação em Brasília na qual ele participou

[...] então ele (Tancredo Neves) não tomou posse, e foi aquela história difícil do Brasil, e ficou aquela incógnita, seria ou não bom presidente, nós esperava que ia ser, até porque, nós estava com regime militar no mando do país, e o Sarney que é ai do PFL acabou assumindo, assumindo a presidência da República, e nós nessa ação que nós tivemos em Brasília, nós assim, nós levou o Sarney lá e nós enfiou um chapéu e uma camiseta nele, da Reforma Agrária, então aquilo ali pra mim ficou marcado, eu puxando a bandeira da reforma agrária, eu sou dum município que não tem reforma agrária, lá já foi feita reforma agrária, lá é tudo pequeno, e isso ai foi, sabe, Tuanny um momento, e ele até que ele foi simpático, sorriu, e gozado, com toda dificuldade fez alguns decretos, mas porque nós tivemos militância [...] ⁶⁴

Após o regime militar e a constituinte, o movimento foi se reorganizando e tem início uma nova fase do sindicalismo rural em Minas Gerais que vamos abordar no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 – Em fim liberdade sindical

⁶⁴ Entrevista com Wilson Luiz da Silva.

3.1- Sindicalismo e políticas públicas

Quando na segunda metade da década de 1980 o regime militar chega ao fim e o país dá início ao seu processo de redemocratização, o movimento sindical vai aos poucos assumindo o controle dos seus programas tentando diminuir a presença do Estado. Nesse cenário de mudanças políticas e econômicas ocorridas no Brasil, em que podemos citar o avanço das ideias neoliberais, o trabalhador rural também é atingido. Segundo Abramovay (1992) o fenômeno político de interferência das culturas políticas e econômicas liberais no campo vem sendo observado desde os movimentos republicanos no Brasil, em função da emergência do capitalismo como sistema hegemônico e atrelado à ele uma economia liberal vinculada a ideia de democracia e republicanism, ou seja, o campo passa por um processo em que o consumismo, o direito à propriedade privada sem intervenção estatal ganham espaço. Valéria Lobo, também nos lembra ainda da crescente manifestação dos movimentos sociais atrelados ao sindicalismo principalmente contra a política neoliberal da década de 1990.

Entre as grandes conquistas do movimento sindical dos trabalhadores rurais, segundo o próprio movimento, está a instituição do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), através de decreto presidencial no ano de 1996. Segundo revista comemorativa da FETAEMG, “por intermédio do Pronaf, o MSTR⁶⁵, conseguiu garantir recursos para investimento na agricultura familiar, elevar o volume de crédito para custeio e transformar este programa numa proposta mais global que contempla assistência técnica, capacitação e formação”.⁶⁶ Sr. Joaquim, mais uma vez nos fornece sua contribuição para o trabalho e relembra o momento das conquistas da Constituinte, principalmente relacionadas aos direitos previdenciários e do Pronaf.

[...] foi quando vieram vários direitos dos trabalhadores, principalmente os direitos previdenciários, ai deixou de ser assistência social e passou a ser previdência social, o homem aposenta hoje com 60 anos, a mulher com 55, todos dois tem pensão por morte um do outro, tem direito ao auxílio maternidade, auxílio doença, auxílio reclusão foram conquistas da Constituinte. Os direitos trabalhistas também, hoje o trabalhador rural tem direito de ter uma carteira assinada, com garantia, com décimo terceiro, com férias com tudo, então, muitas conquistas vieram da Constituinte pra cá, muita gente acha, o governo é bom, deu essas coisas, mas foi uma luta muito difícil, até chegar na Constituinte e o movimento sindical teve e sempre tem a participação nos congressos estaduais e congresso nacional de 4 em 4 anos faz um congresso da CONTAG pra traçar as políticas dos produtor que vai atuar e eleição da diretoria da CONTAG e tem o Grito da Terra, nos Grito da Terra a gente tem conseguido conquistar muita coisa, o pouca de reforma agrária que tem foi conseguindo conquistar nos grito da terra, nos congressos, o PRONAF, aquilo que

⁶⁵ Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais

⁶⁶ *30 anos de luta FETAEMG 1968 1998*. (Revista comemorativa pelos 30 anos da FETAEMG), Minas Gerais, 1998, p.18.

eu falei antes que não tinha nada que garantia um dinheiro para o trabalhador conseguir empréstimo, quando chegava no Banco do Brasil, lá em Poté não tinha, tinha só lá em Teófilo Otoni pra região, quando falava, olha chegou dinheiro no Banco do Brasil, pra carteira agrícola, os fazendeiro já sabiam, já iam na frente, eram avisados pelos próprios funcionários do banco, eles iam na frente, poucos fazendeiro pegavam o dinheiro todo, quando o pequeno chegava, a não, o dinheiro acabou, não tem mais, então era muito difícil um pequeno proprietário conseguir um financiamento.⁶⁷

Outras conquistas mencionadas nos documentos e nas entrevistas realizadas de forma bastante recorrente são, além da previdência social, os programas relacionados às melhorias na qualidade de vida, como luz elétrica e garantia de consumo do que é produzido no campo em apoio à agricultura familiar. Ao observar a narrativa do Sr. Joaquim percebemos a coerência sobre o que ele se lembra, em relação aos documentos que abordam o mesmo período quanto às políticas públicas promovidas pelo movimento sindical após o fim do regime militar:

[...] conseguimos a criação do PRONAF (Programa nacional de apoio a agricultura familiar), que foi uma reivindicação do movimento sindical dos trabalhadores rurais, muitos gerentes de banco, pessoal da EMATER fala, foi eles que trouxeram, governador do estado fala que foram eles, deputados também, mas foi uma conquista nossa no governo do Fernando Henrique, depois que o Lula entrou, o Lula ampliou, colocando muito mais recurso, isso que iniciou em 95, no governo Fernando Henrique, o programa nacional de reforma agrária que foi em 85, num congresso na CONTAG, nós conseguimos com o presidente Sarney, criar o plano nacional da reforma agrária e o ministério da reforma agrária, foi no governo Sarney que nós conseguimos. E desde aquela época que venho reivindicando energia rural, reivindicando habitação rural e hoje nós conseguimos, já tem hoje a luz para todos, foi uma conquista nossa, e ta ajudando demais com essa seca, porque muita gente que tirava água na cisterna tocando a manivela de pau, na maior dificuldade com a corda puxando um balde de água, hoje já tem a bombinha sapo, em quase toda roça tem a energia rural, a bombinha sapo ajudando a manutenção da água pras famílias.

O Luz para todos já é uma reivindicação do movimento sindical, e agora por último a habitação rural, que é uma reivindicação nossa também [...] hoje tem também, como eu falei que muita gente perdia o feijão, perdia o milho não tinha como aproveitar as coisas, não tinha como comercializar, hoje além de produzir pouco, tão plantando pouco, produzindo pouco, mas hoje tem comercialização, não só o comércio normal, mas tem hoje os programas do governo federal, tem o plano de aquisição de alimento, tem o plano da merenda escolar, que ta atendendo muito bem as necessidades do agricultor familiar, o agricultor hoje devia ta plantando sem medo de comercializar [...] se tiver pessoas sérias, nas administrações, procurar fazer certinho como são os planos, os programas, o agricultor familiar hoje tem como ele sobreviver, porque hoje ele tem orientação técnica, tem o dinheiro do PRONAF. Reforma agrária podemos dizer que não tem, mas tem algumas facilidades adquiridas através do crédito fundiário, tem algumas maneiras de adquirir a terra. Hoje é mais fácil quem tem uma terra dar um contrato de produção porque ele não tem medo mais de perder a terra, que acabou aquela ilusão na cabeça de que o sindicato é pra tomar a terra, eles sabem que os direitos são iguais, o direito de um e o direito do outro são iguais, então há a possibilidade de fazer contratos sem prejudicar o proprietário da terra e a pessoa pega o recurso e produz sabendo que ele tem a comercialização então aquilo que eu tentei mostrar no início, que eram os

⁶⁷ Entrevista com Joaquim Pereira da Silva Neto (Joaquim de Poté).

problemas das nossas reflexões hoje já tem grande parte já em caminho de solucionar, eles não estão solucionados, mas estão em caminho de solucionar.⁶⁸

As conquistas das quais o movimento sindical em Minas Gerais se orgulham, estão relacionadas à melhoria de qualidade de vida, mas é fato que quando o assunto sobre reforma agrária entra em pauta de discussão, o movimento ainda não se pronuncia com orgulho, alegando a necessidade de caminhar nesse quesito. As práticas do movimento sindical mineiro na década de 1990 dão início a novas discussões, como o incentivo a permanência do jovem no campo e a necessidade de políticas públicas específicas para a mulher.

3.2- Movimentos das trabalhadoras rurais, vez e voz da mulher

A discussão de gênero dentro do espaço político tem se estabelecido com uma frequência cada vez maior, e se intensifica com o aumento significativo da mulher ocupando o cenário político. Dentro do movimento sindical essa realidade também se evidencia a partir da década de 1980 e principalmente a partir de 1990. Não farei uma discussão envolvendo o gênero nesse trabalho, apenas abordarei a emergência do movimento de mulheres rurais dentro do sindicalismo em Minas Gerais, bem como a trajetória de mulheres que se tornaram lideranças rurais.

Como forma de resistência à exploração sofrida, a partir da década de 1990 as mulheres trabalhadoras rurais iniciaram a formação de movimentos dentro do movimento sindical que as permitissem se unir em busca de reconhecimento e valorização, surgindo então entre as mulheres a necessidade de se sindicalizar, criar grupos que fortalecessem e representassem os ideais femininos. Apesar de considerar esses movimentos como sendo importantes formas de manifestação da insatisfação diante da situação vivida pelas mulheres alguns autores acreditam que a atuação sem a devida formação política e social apenas consolida a ideologia de mulher guerreira e responsável por cuidar do lar, dos filhos e ainda trabalhar fora de casa. Esta alegação parte do princípio de que o movimento sindical não realiza um trabalho real com estas mulheres, mas divulga superficialmente a importância do gênero feminino para a luta reafirmando cada vez mais as jornadas duplas.

A questão de gênero, sob esse prisma, fica aquém das reivindicações e lutas, predominando no calendário sindical de mobilizações, as questões referentes a salário, cestas básicas, atendimento médico, judiciário e odontológico. A mulher tem sido lembrada pelos sindicatos estudados, no dia oito de março, em que são parabenizadas pelo seu dia, o que acaba reforçando publicamente a divisão sexual do trabalho. Ou seja, o fato de homenagearem as mulheres trabalhadoras por serem mães, donas-de-casa e ainda trabalharem fora do lar, pode implicar na maior

⁶⁸ Entrevista com Joaquim Pereira da Silva Neto (Joaquim de Poté).

aceitação de sua situação de subordinada duplamente, ao lar e ao patrão e, portanto ao sistema capitalista. Pois essa dupla subordinação se torna eficiente ao auferir da mulher o trabalho realizado em casa, necessário para a reprodução dela, filhos e marido, sem que lhe seja remunerado.⁶⁹

Contudo esta postura radical em relação ao trabalho desempenhado pelos sindicatos, não levam em consideração a politização pela qual as mulheres inseridas no movimento passam e nem mesmo a possível melhoria nas relações familiares a partir da inserção da mulher no movimento como defende Leonardo José Ostronoff

O sindicalismo tem investido nessas novas áreas e tem respondido bem ao novo momento social, mostrando que apesar das contradições nas questões de identidade e principalmente na questão de mulheres, existem novos focos do movimento, portanto, não se concentra somente no padrão trabalhista e do emprego, mas avança para a dimensão da vida do trabalhador em seus mais variados espaços e identidades: família, lazer, trabalho, saúde, militância.⁷⁰

Para entender como se dá a emersão feminina dentro do movimento sindical em Minas Gerais considero o histórico de participação feminina nos movimentos rurais, bem como a história da Comissão Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais (CEMTR), que é vinculada à FETAEMG, responsável pela organização e promoção do movimento feminino em Minas.

Na década de 1980 com a retomada da liberdade sindical e com as mudanças políticas pelas quais o Brasil passou, o número de mulheres que deram início à participação nos movimentos sindicais aumentou, tanto é que começaram a surgir organizações formais de mulheres que reivindicavam reconhecimento político. No meio da militância católica, as mulheres tiveram apoio para se organizar na Comissão da Pastoral da Terra.

Em 1990 foi fundada a comissão Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais, com o intuito de discutir as questões de gênero dentro dos sindicatos. Neste momento, segundo boletim comemorativo dos 20 anos da Comissão Estadual das Trabalhadoras Rurais de Minas Gerais, a partir de 1996 as mulheres ganharam força e significativa expressão nos processos de luta no campo, não somente participando do movimento sindical rural, mas também nos processos que envolviam o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Apesar da sutil visibilidade adquirida dentro do movimento, não havia ainda mulheres ocupando cargos de liderança dentro do sindicalismo oficial, e quando ocorria uma exceção, uma mulher ocupando um cargo de liderança, suas reivindicações caso fossem direcionadas

⁶⁹ CAVALHAL, Terezinha Brumatti. *Gênero e trabalho: a participação da mulher nos sindicatos de Presidente Prudente/SP*. 2002. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/b3w-416.htm>. Acesso em 27 de junho de 2010.

⁷⁰ OSTRONOFF, Leonardo José. *Poder, gênero e Identidades: Um novo momento no sindicalismo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p.7.

aos problemas enfrentados pelas mulheres rurais se tornavam inviáveis, o espaço político ainda era muito marcado pela presença majoritária dos homens.⁷¹

A partir do 4º Congresso Estadual, em fevereiro de 1996, por deliberação do Conselho de Representantes, que incluiu no Estatuto da FETAEMG o estabelecimento de uma cota mínima de 30% de mulheres nas suas diretorias, as mulheres ampliaram sua participação e autonomia dentro do movimento sindical. Segundo nos informa a própria comissão entre os benefícios buscados pelas mulheres que ingressaram no movimento sindical estavam principalmente a aposentadoria e o direito a licença maternidade. Para que o trabalho não se limitasse a previdência, como foi o caso dos sindicatos mantidos durante o regime militar vinculados ao Funrural, o movimento sindical tomou a iniciativa de fornecer capacitação e estimular outros interesses nas mulheres sindicalizadas. A comissão enumera as seguintes atribuições da organização fundada em 1990:

O principal papel da Comissão é trabalhar a organização das mulheres no meio rural e ao mesmo tempo lutar por políticas públicas, por meio de mobilizações de massa, como a Marcha das Margaridas, para eliminar a discriminação e desigualdade contra a mulher.

Por meio de parcerias, a CEMTR realiza cursos de capacitação com o objetivo de qualificar a mão de obra da trabalhadora rural objetivando a ampliação da renda da família, além de preparar a trabalhadora para participar e intervir no Movimento Sindical Rural, nas políticas públicas locais, regionais e nacionais.

Outras atribuições:

Fomento a criação dos Conselhos Municipais de Direito da Mulher;

Organização da produção das trabalhadoras rurais;

Inclusão dos grupos de mulheres na dinâmica e em espaços da economia solidária;

Participação efetiva como conselheira titular no Conselho Estadual da Mulher;

Participação em oficinas de saúde reprodutiva.⁷²

Ao estabelecer uma crítica sobre o movimento sindical rural da década de 1990, bem como os objetivos das novas Comissões criadas chegamos a dois diferentes pontos de análise. O primeiro é positivo e se trata da constatação de que o movimento rural tem intervindo nas relações sociais dos trabalhadores rurais, argumento que é defendido pelo já citado Ostronoff. O segundo ponto de análise é que mesmo depois do regime militar ter findado algumas

⁷¹ BOLETIM comemorativo aos 20 anos da Comissão Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Minas Gerais. (Edição Especial). FETAEMG, 8 de março de 2009, p.8.

⁷² SITE consultado – Página oficial da FETAEMG. <http://www.fetaemg.org.br/departamentos/comissao-estadual-de-mulheres-trabalhadoras-rurais/>. Acesso em 31 de janeiro de 2013.

características específicas do assistencialismo foram mantidas em programas de alguns departamentos sindicais, como é o caso da Comissão das mulheres que se preocupa entre outros fatores com o planejamento familiar e a saúde da mulher.

Como o foco do presente trabalho são as lideranças que fazem parte do movimento sindical rural, avalio a entrevista concedida a mim pela atual coordenadora da CEMTR, Alaíde Bagetto Moraes que fala sobre a forma como iniciou sua trajetória de militância dentro do sindicato

[...] nasci numa família de agricultores familiares, origem italiana, assim é... como que é minha trajetória dentro do movimento (...), assim, eu estava quietinha assim no meu canto lá no meu sítio, na minha propriedade, ai assim do nada aparece umas, um pessoal na minha casa e falou comigo que era do sindicato, ai quando fala assim que é do sindicato assim você já fica com o pezinho atrás, lá vem problema pro meu lado ai né, e na realidade o pessoal só queria, porque tinha trabalhado um rapaz lá em casa, na meia com a gente, e ele faleceu e não deixou documentação nenhuma, e precisava que fizesse uma declaração que tinha trabalhado na meia lá pra mulher dele receber a pensão, ai conversa vai, conversa vem, ai a moça que tava comigo lá falou assim:

_ Não, é porque nós somos do sindicato dos trabalhadores rurais, e as mulheres agora já estão conseguindo licença maternidade, já aposenta com 55 anos.

E foi falando essa parte da previdência social, interessante que eu estava grávida de 4 meses, ai eu falei assim, eu quero ver se isso é verdade mesmo, porque eu estou grávida de 4 meses, vamos ver se isso funciona.

_ Não, pode procurar o sindicato que a gente vai conseguir.

E ai como eu já tava grávida de 4 meses, e tem aquele negócio de comprovação de atividade, tinha que estar 10 meses inscrito no sindicato, inscrição de seguridade especial, ai tinha uma dúvida se eu ia conseguir ou não a licença, mas como a gente tinha a documentação toda certinha da terra eu fui a primeira mulher a receber a licença maternidade no meu município, eu achei aquilo fantástico demais, porque até então a gente não tinha esse conhecimento daquilo que tava acontecendo, que as mulheres tinham esse direito, ai eu comecei a fazer o trabalho de divulgação, isso tem que ser divulgado pelo quatro cantos.⁷³

No primeiro momento da narrativa já é possível perceber o desconhecimento da entrevistada com relação à função e forma de atuação do sindicato e a desconfiança decorrente do envolvimento com o mesmo que é presente não somente na fala dela, mas também é muito comum entre as famílias rurais da região da Zona da Mata mineira, como nos diz Comerford. Além disso, essa mesma desconfiança está presente entre as famílias rurais que assistiram à cassação dos sindicatos durante a ditadura militar, essa desconfiança com relação ao sindicato, portanto é decorrente da redemocratização e restabelecimento da liberdade sindical de cima pra baixo, de maneira que trabalhadores rurais na maioria dos casos não tomaram conhecimentos do desenrolar dos fatos que se sucederam. Sr. Joaquim de Poté

⁷³ Entrevista com Alaíde Bagetto Moraes.

inclusive ressalta esta falta de divulgação das políticas públicas promovidas pelos sindicatos em sua entrevista, garantindo que em muitos dos casos estas informações não chegaram até o trabalhador rural.

Já no segundo momento da entrevista de Alaíde, ela conta sobre o momento da constatação do benefício adquirido e da necessidade de divulgação de tal possibilidade, nesse momento tem início o processo de tomada de consciência dela sobre a importância da organização da classe trabalhadora rural, importante ressaltar que ela tomou conhecimento sobre a licença maternidade já no ano de 1998.

[...] eu ia uma vez por semana a gente vinha pro sindicato e uma vez por semana na feira, mas aí a gente usava esse pouquinho de tempo que a gente tinha pra vender mercadoria e fazer o movimento sindical, as vezes eu passava, pegava meu menino e já mandava ele pra casa da minha mãe direto, porque minha mãe morava na cidade, agora minha mãe toma conta do meu menino, e eu já ficava fazendo trabalho no sindicato, e foi assim, aos poucos, aí depois eu tive um problema na minha mão direita, eu tive que ficar afastada uns tempos da lavoura, aí eu entreguei mais ao movimento sindical, onde que eu podia ter, dedicar mais tempo, aí eu fui uma vez ao invés de passar uma vez por semana, a ir uma vez, duas, três vezes por semana no sindicato, mas com muita dificuldade de deslocamento, mas vamos lá, tem que fazer a diferença! E eu, se acabou assim, se envolvendo cada vez mais com o movimento chegou um dia que duas vezes por semana, na época era pouco, você tinha que ir três, você tinha que ir quatro e acabou que ficou a semana inteira e você foi se envolvendo e uma das, por ter recebido a licença, ser a primeira mulher a receber a licença maternidade no meu município, trabalhar com mulheres era uma coisa mais fácil que tinha né, aí você começava a fazer esse trabalho com elas, aí depois chegou um tempo assim que eu me perguntei assim: mas é só isso que nós queremos pra organização de mulheres? É só licença maternidade, auxílio doença, aposentadoria, aí começamos a fazer trabalho de conscientização das mulheres no meu município, começamos a fazer seminário, encontros, reuniões nas comunidades.⁷⁴

A princípio a organização de mulheres rurais não era um movimento oficial dentro do sindicato, não havia uma parcela da arrecadação sindical destinada ao movimento feminino, Alaíde ressalta em sua entrevista a iniciativa tomada pelas mulheres para garantir a oficialização da Comissão.

[...] a gente começou a organizar a produção, começou a organizar projeto do PA, programa de aquisição de alimentos, o que que elas produziam além da produção agrícola, o que que elas conseguiam transformar, o que que elas conseguiam agregar de valor, o artesanato que elas faziam e assim foi fazendo, foi mobilizando no curso do SENAR⁷⁵, vamos capacitar, vamos organizar cada vez mais, e junto com a EMATER⁷⁶, também, a EMATER foi uma parceira muito grande a Sele que hoje, ela tá em Carandaí, ela fez um trabalho excelente junto com a gente lá de capacitar as mulheres de organizar, de ver o que elas poderiam estar fazendo além da roça né, e assim foi crescendo foi crescendo, com os desafios também que a gente enfrentou dentro do sindicato, eu vi o conhecimento dos homens, quanto nós mulheres dentro do movimento sindical. Chegou uma época que assim a gente queria fazer alguma

⁷⁴ Entrevista com Alaíde Bagetto Moraes.

⁷⁵ Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

⁷⁶ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

coisa com as mulheres e eles falavam assim, não, não tem dinheiro, não tem recurso, falamos assim, é, não tem não, então vamos fazer o seguinte, vamos separar as fichinhas dos homens e as fichinhas das mulheres, vamos ver quem que põe mais dinheiro dentro do sindicato, ai (risos), nós fizemos isso, e ficou comprovado que as mulheres contribuem mais com o movimento do que os homens, agora sim, agora já tem um argumento pra gente trabalhar e fazer com que as mulheres tenham realmente esse espaço [...]⁷⁷

Quando o sindicato se deu conta que mais do que a metade dos contribuintes eram mulheres, a Comissão foi oficializada, e passou a assumir a responsabilidade sobre os assuntos relacionados à trabalhadora rural. Se referindo a autonomia conquistada pela mulher do campo Alaíde afirma

[...] quando a gente vê uma mulher, que ela falando que recebe o dinheiro do PA ou da feirinha dela, aquelas que são organizadas, aí elas falam assim:

— Eu comprei, EU comprei o guarda-roupa da minha filha, eu comprei, eu pago o tratamento dentário do meu filho, isso é gratificante demais pra uma mulher, e a gente, tem situações que a mulher não tinha recurso financeiro nenhum, nenhum mesmo, era, produzia no coletivo, não tinha essa separação, e as mulheres não tinham autonomia de poder comprar o que elas queriam, de ir onde que elas queriam e a partir do momento que elas vão se organizando, vendo que ela tem esse potencial, e quebrando essa barreira [...]⁷⁸

Além das conquistas previdenciárias, a CEMTR promoveu desde a sua fundação o PA, programa de aquisição de alimentos, o PRONAF mulher, participou nas discussões sobre a lei Maria da Penha contra a violência com a mulher, firmou parceria com a EMATER e com o SENAR em prol da capacitação profissional da mulher rural. A defesa do movimento sindical após a liberdade sindical é de que o direito a terra é essencial, mas o trabalhador e a trabalhadora rural também anseiam por melhorias sociais que garantam a sua permanência no campo.

Em 2000, ocorreu um evento que se tornou divisor de águas dentro da atuação da população feminina nos movimentos associativos rurais, a Marcha das Margaridas⁷⁹. Ao ser questionada sobre a Marcha e se ela influenciou a inserção de um maior número de mulheres no movimento sindical, ela diz

⁷⁷ Entrevista com Alaíde Bagetto Moraes.

⁷⁸ Entrevista com Alaíde Bagetto Moraes.

⁷⁹ Margarida Maria Alves, nasceu em 1933, na Paraíba, em 1973 foi eleita presidente do sindicato de Alagoa Grande, primeira mulher a ocupar este cargo no estado. Durante os 12 anos de sua gestão, foram movidas 600 ações trabalhistas contra usineiros e senhores de engenho da Paraíba. Em 1983, Margarida Alves foi assassinada na porta de casa, na frente do marido e do filho, na época a sindicalista movia 72 ações trabalhistas contra fazendeiros. Passados 25 anos alguns dos responsáveis por sua morte já morreram e os que continuam vivos estão livres de punição. Mas sua luta continua sendo referência, e o dia 12 de agosto, dia em que foi assassinada, tornou-se o dia “Nacional de Luta contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária”. (Texto publicado no boletim comemorativo aos 20 anos da Comissão Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais, 2009, p. 15)

Antes e o depois, com certeza tem, foi a partir da marcha, que a Marcha das Margaridas deu sim uma consciência realmente, encorajamento pras mulheres pra ter essa participação dentro do sindicato, até então tinha participação, mas tava assim muito, muito apagado né, sem visibilidade, as mulheres faziam, mas não tinha aquele reconhecimento, e começou com uma marcha pra dar, com a primeira discussão com a questão da violência, e a partir da, dessa primeira marcha a gente já consegue ter vários temas dentro da marcha, não só violência, mas saúde, educação, segurança alimentar, agro ecologia, a gente consegue discutir todos eles, e a gente abriu um dialogo muito grande não só com o governo, mas com todos os movimentos de mulheres do Brasil e da América, a gente consegue colocar pessoas de outros países na marcha.⁸⁰

Alaíde já no final da entrevista afirma que um dos principais motivos da repercussão da Marcha é a denúncia da violência, o índice de violência com a mulher rural ainda é alarmante, mas ele não vem a tona pelo fato da mulher ainda se submeter ao modelo patriarcal. É nesse aspecto que a Marcha mais se destaca⁸¹.

A Marcha das Margaridas é um espaço político que nós mulheres conquistamos né? Sem dificuldade, eu falo sem dificuldade hoje, porque no inicio foi muito difícil convencer a sociedade que nós mulheres rurais queria fazer um movimento onde que nós déssemos visibilidade a nós mulheres, que foi muito complicado, né, mas é uma espaço que nós conquistamos a duras penas e que hoje faz parte do calendário do Brasil né, de 4 em 4 anos a Marcha das Margaridas vai acontecer, com dinheiro ou sem dinheiro, as mulheres já estão assim, teve, o ano passado já teve mulher ligando : _Que dia que vai ter marcha de novo? Em 2000 a gente fizemos uma marcha muito pequena, com 2 mil mulheres, quando foi 2003, nós conseguimos já colocar 20 mil mulheres, 2007, 50 mil mulheres, 2011, 70 mil mulheres, maior evento de mulheres, maior evento de mobilização do Brasil e da América Latina dos últimos tempos, não houve outra mobilização igual esta.⁸²

Acredito que a Marcha pela sua capacidade de mobilização, seja realmente um dos movimentos que vem demarcando os novos rumos da atuação sindical, não somente no aspecto da capacidade de mobilização, mas também pelo fato de discutir e promover a defesa de políticas públicas da classe de maneira a causar repercussão na imprensa nacional e internacional.

Considerações Finais:

Ao analisar estes 38 anos de luta sindical rural em Minas Gerais percebemos que, nos anos iniciais durante a década de 1960 o movimento sindical se organizou em favor da reforma

⁸⁰ Entrevista com Alaíde Bagetto Moraes.

⁸¹ Para informações sobre o desdobramento da Marcha das Margaridas num período posterior a 2000, consultar entrevista de Alaíde Bagetto Moraes à Revista Mulher D' Classe da Central dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.

⁸² Entrevista com Alaíde Bagetto Moraes.

agrária e contra os grandes fazendeiros latifundiários que aos poucos foram expropriando os camponeses. Nesse momento as lideranças dos sindicatos agiam de forma a reunir a massa dos trabalhadores rurais contra essa desapropriação através de diferentes vias, foram elas o PCB, as Ligas Camponesas e os grupos vinculados à Igreja Católica.

A partir do momento em que o Estado sofreu o Golpe militar, os rumos do sindicalismo no Brasil mudaram, as lideranças foram perseguidas e as cartas sindicais foram cassadas. Desde então a função do sindicato do trabalhador rural que era principalmente a de luta pela terra, se tornou a de assistencialismo, os sindicatos funcionavam através de arrecadação administrada pelo Estado que promovia assistência médica e odontológica. Com as lideranças sindicais perseguidas, foram nomeados interventores, estes anos marcaram o retrocesso na luta de classe empreendida pelos trabalhadores rurais.

Quando finalmente foi extinto o regime militar, os sindicatos retomaram sua autonomia e passou a exercer influência de uma forma mais indireta, e pautada nos princípios da democracia. A Federação de Minas Gerais, FETAEMG e a CONTAG, tomaram iniciativas para retomada da luta sindical de outrora, congressos e assembleias foram feitos na tentativa de reorganizar os trabalhadores rurais. A pesquisa realizada permitiu perceber que os sindicatos conseguiram sair da tutela estatal com o fim da ditadura, contudo a herança do assistencialismo é evidente quando observamos os discursos e os novos departamentos criados dentro da organização sindical. Além da reforma agrária que foi retomada, o novo modelo político econômico neoliberal que emergiu junto a redemocratização levou os sindicatos a tomarem iniciativas de realizar trabalhos voltados para grupos específicos e voltados para problemas específicos, como é o caso dos jovens que tem abandonado o campo, as mulheres que sofrem violência cotidianamente, os idosos e grávidas que dependem dos serviços previdenciários, a agricultura familiar que não atendia as necessidades do mercado, por falta de auxílio de crédito ou mesmo de capacitação técnica e profissional.

A partir das novas discussões que foram surgindo na década de 1980 e 1990, os sindicatos foram se adequando as necessidades sociais do trabalhador atual, imerso na agricultura familiar. O trabalho não é feito somente junto ao trabalhador sem terra ou assalariado, mas principalmente junto as família rurais formadas por pequenos produtores. Entre as novas necessidades e lutas nas quais o novo sindicalismo mais tem se destacado são o crédito rural, programas de capacitação do trabalhador rural e previdência social.

Entre as novas discussões que emergiram na década de 1980 e 1990 estão a emancipação feminina e os direitos da mulher, nesse contexto é que surge dentro do sindicato uma Comissão específica para tratar dos assuntos que dizem respeito a trabalhadora rural, entre eles a violência doméstica, a exploração no trabalho, a licença maternidade, a saúde e o planejamento familiar. Além de ter surgido uma comissão, também se observa o aumento considerável da participação feminina em cargos de liderança, que já em fins da década de 1990 se tornaram parte da legislação, as mulheres passaram a contar com uma cota de 30% de cargos de liderança voltado para elas com o intuito de promover a igualdade de gênero dentro da entidade sindical. O marco considerado como o principal dentro do movimento sindical que envolve as mulheres rurais foi a Marcha das Margaridas que aconteceu pela primeira vez em 2000, e foi um evento significativo pela repercussão que teve. Não repercutiu apenas dentro do movimento, mas atingiu as estruturas políticas e chama atenção da imprensa e nacional e de países vizinhos para as questões relacionadas à mulher do campo.

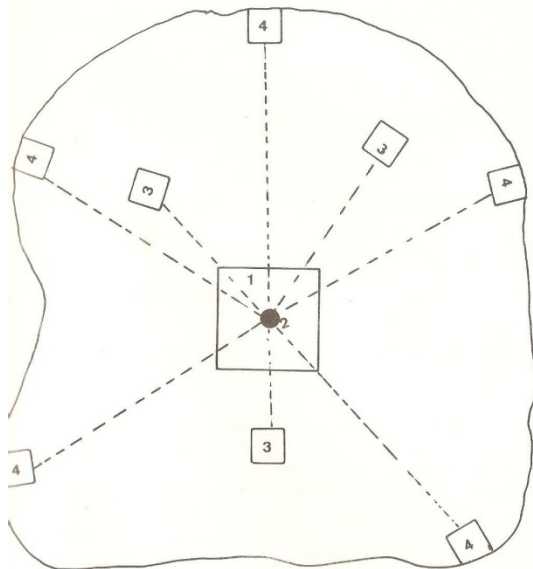
Anexos:

DELEGADO SINDICAL

NÍVEL 1



Essa imagem ajuda a compreender melhor este Processo. O desenho abaixo senta o mapa de um município.



- 1 - Cidade
- 2 - Sede do STR
- 3 - Pontas de Ruas
- 4 - Fazendas e Comunidades

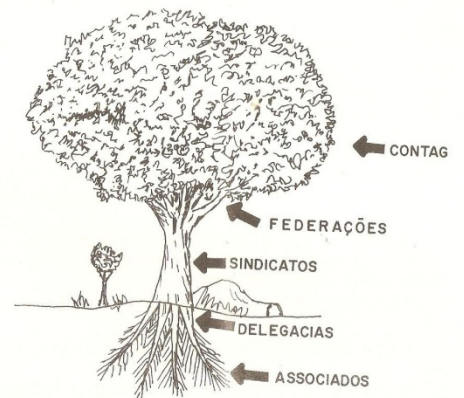
Através do desenho, podemos observar que o sindicato atinge as pontas de ruas, as fazendas e as comunidades rurais.

Esse é um passo importante para sua transformação num **Verdadeiro Sindicato**, fortalecendo com isso o movimento sindical.

3- QUEM É O DELEGADO SINDICAL E SUA IMPORTÂNCIA PARA O MOVIMENTO?

Para falarmos da pessoa importante que é o Delegado Sindical, vamos antes pensar numa outra imagem que ajuda a compreender a sua importância.

O movimento Sindical de Trabalhadores Rurais Brasileiros pode ser comparado com uma árvore:



FETAEMG
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA
DO ESTADO DE MINAS GERAIS



COLEÇÃO TERRA Nº 2

PRODUÇÃO:
FETAEMG
COLABORAÇÃO:
CENTRO DE ESTUDOS
DO TRABALHO (CET)
- BELO HORIZONTE
DESENHO:
Nelson



TEM DE CONVERSAR
COM O POSSEIRO...



OLHA O QUE O
GRILEIRO FEZ DE
NOVO! TOCOU O
GADO NA MINHA
PLANTAÇÃO!

A TERRA É
MINHA E ESSE
GRILEIRO QUER
ME BOTAR
PRA FORA!

COM O MEEIRO, COM
O PARCEIRO, COM TODOS OS
TRABALHADORES! ASSIM O
DELEGADO FAZ O LEVANTAMENTO
DOS PROBLEMAS DA SUA REGIÃO!

O DELEGADO
SINDICAL
AJUDA OS
COMPANHEIROS
A CONHECER
E A
DEFENDER
OS SEUS
DIREITOS!



ÊI!! ESPERA AI!!
O TRABALHADOR
NÃO É BURRO!

O DELEGADO
SINDICAL DEVE
ANALISAR OS
PROBLEMAS
JUNTO
COM OS
COMPANHEIROS
E ESCOLHER
COM
ELES A
MELHOR
SOLUÇÃO!



QUANDO NÃO DER PARA RESOLVER
SEM A AJUDA DO SINDICATO, O
DELEGADO ENCAMINHA O PESSOAL
ATE LA' COMO NO CASO DE
PRECISAR ENTRAR NA JUSTIÇA!

SEU ADVOGADO,
VIEMOS PEDIR
ORIENTAÇÃO AO
SENHOR!

AH!
POIS NÃO!
PRAZER!



OS DELEGADOS E
A DIRETORIA
DO SINDICATO
TRABALHAM
JUNTOS
PARA ACHAR
UMA SOLUÇÃO
PARA OS
PROBLEMAS
LEVANTADOS
POR
CADA
REGIÃO!



Referências Documentais

Arquivo Público Mineiro – APM

Fundo: Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/MG)

Pasta 5304 {086} – {FETAEMG}

Entrevistas

Entrevista com Alaíde Bagetto Moraes, coordenadora da comissão estadual de mulheres trabalhadoras Rurais/FETAEMG (CEMTR), em 22 de outubro de 2012 na sede da FETAEMG em Belo Horizonte.

Entrevista com Joaquim Pereira da Silva Neto (Joaquim de Poté), diretor regional do pólo da FETAEMG do Vale do Mucuri, sediado em Teófilo Otoni, um dos fundadores do primeiro sindicato dos trabalhadores rurais de Minas Gerais em 1962 na cidade de Poté, realizada em 01 de novembro de 2012, na FETAEMG, Belo Horizonte.

Entrevista com Wilson Luiz da Silva, presidente da Federação dos trabalhadores em agricultura de Minas Gerais, desde 1996, realizada em 01 de fevereiro de 2012 na FETAEMG em Belo Horizonte.

Documentos e publicações do movimento sindical

APOSTILA do Setor Sindical de organização sindical, FETAEMG, 1989.

APOSTILA – Organização Interna dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, FETAEMG, 1989.

BOLETIM – 1º Boletim Informativo da FETAEMG, 1969. Disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5304>, acesso em 23 de janeiro de 2013.

BOLETIM – 2º Boletim Informativo da FETAEMG, 1970. Disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5304>, acesso em 23 de janeiro de 2013.

BOLETIM comemorativo aos 20 anos da Comissão Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Minas Gerais. (Edição Especial). FETAEMG, 8 de março de 2009.

CARTILHA – Delegado Sindical, Nível 1, FETAEMG.

CARTILHA – O Delegado Sindical, Coleção Terra, nº 2, FETAEMG.

ENTREVISTA com Alaíde Bagetto Moraes. *Mulher D'Classe*. Revista da Central dos Trabalhadores do Brasil- nº1- Setembro de 2012.

SILVA NETO, Joaquim Pereira da. *Semear Esperanças*. Belo Horizonte: O escriba, 1996.

SITE consultado – Página oficial da FETAEMG.
<http://www.fetaemg.org.br/departamentos/comissao-estadual-de-mulheres-trabalhadoras-rurais/>. Acesso em 31 de janeiro de 2013.

30 anos de luta FETAEMG 1968 1998. (Revista comemorativa pelos 30 anos da FETAEMG), Minas Gerais, 1998.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Edunicamp, 1992.

ALBERDI, Verena. *Manual de História Oral*. 3.ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2005.

ARENDDT, Hannah. *O que é Política?*.3d. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda; KNAUSS, Paulo; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

BORGES, Maria Eliza Linhares. Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no Leste de Minas Gerais. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol.24, nº 47, 2004, p. 316.

CAVALHAL, Terezinha Brumatti. *Gênero e trabalho: a participação da mulher nos sindicatos de Presidente Prudente/SP*, 2002. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/b3w-416.htm>. Acesso em 27 de junho de 2010.

CAMISASCA, Marina Mesquita. *Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputas e confrontos (1961 - 1964)*. 201f. Dissertação (mestrado em História) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

COLETTI, Claudinei. *A Estrutura Sindical no Campo*. Campinas: Unicamp, 1998.

- COMERFORD, John Cunha. *Como uma Família: Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org). *Usos e abusos da história oral*. 8ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.
- HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho: Novos estudos sobre história operária*. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- LOBO, Valéria Marques. *Cenários Econômicos, Mercado de Trabalho e Sindicalismo(Brasil-1950-2000)*, In: XXI Jornadas De História Econômica (Asociacion Argentina de Historia Economica), Universidad Nacional de Tres de Febrero, anais, Buenos Aires, 23-26 de setembro de 2008.
- MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil - As Lutas Sociais no Campo e seu Lugar no Processo Político*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A história política e o conceito de cultura política* in: LPH: Revista de História, nº 6, Mariana, 1996, pp. 83-91.
- OSTRONOFF, Leonardo José. *Poder, gênero e Identidades: Um novo momento no sindicalismo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- THOMPSON, E. P. *A História Vista de Baixo*. In: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (Org.). Campinas: Editora da Unicamp, 2001.